Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2026 | Nº 26.120 | Preço banca: R$ 3,50

Contas públicas têm déficit primário de R$ 16,4 bi em fevereiro

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, com o déficit no governo federal sendo parcialmente compensado pelo superávit nos governos regionais. O setor público consolidado – formado por União, estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R$ 16,4 bilhões no mês passado.

Na comparação com fevereiro de 2025, houve redução no saldo; naquele mês, o resultado das contas foi de R$ 19 bilhões negativo.

As estatísticas fiscais foram divulgadas na terça-feira (31) pelo Banco Central (BC). O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público consolidado foi deficitário em R$ 52,8 bilhões, 0,41% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

Em 2025, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R$ 55 bilhões, 0,43% do PIB. Página 3

Receita paga lote da malha fina do Imposto de Renda de março

Página 3

MP da subvenção de R$ 1,20 no diesel sai esta semana, diz Durigan

Página 12

Estudo aponta fatores estruturais para inflação de alimentos no Brasil

Foto: Tania Rêgo/Agência Brasil

Página 3

Redução da pressão da água no período chuvoso gera economia de 151 bi de litros em São Paulo

Página 2

Medicamentos podem ter reajuste de até 3,81% a partir desta terça

Página 10

Entenda como mulheres vítimas de violência podem ter acesso ao auxílio-aluguel em SP

Página 2

BRB confirma que não divulgará balanço de 2025 no prazo

Página 12

Centros de Integração da Cidadania de SP fazem seleção para 180 vagas de emprego nesta quarta-feira (1º)

Os Centros de Integração da Cidadania (CICs) de Ferraz de Vasconcelos e Jundiaí realizam nesta quarta-feira (1) ações voltadas à empregabilidade, com oferta total de 180 vagas de trabalho em diferentes áreas. As iniciativas contam com a parceria do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e da empresa Total Express e têm como objetivo ampliar o acesso da população ao mercado de trabalho.

Na unidade de Ferraz de Vasconcelos, a ação ocorre das 9h às 14h, na Avenida Governador Jânio Quadros, 967, Parque São Francisco, sala 36 (1º andar). Serão disponibilizadas 50 vagas para o cargo de Auxiliar de Limpeza, destinadas a homens e mulheres, com atuação nas regiões do Ipiranga, Mooca, Guarulhos e Interlagos.

Já em Jundiaí, localizado na Rua Alceu de Toledo Pontes, 200, Cecap, a programação será dividida em dois períodos. Pela manhã, das 9h às 12h, em parceria com a Total Express, serão ofertadas 100 vagas para o cargo de Auxiliar de Operações Logísticas. Não é necessário ter experiência, sendo exigido ensino fundamental completo, idade mínima de 18 anos e residência nas regiões de Francisco Morato, Jundiaí, Franco da Rocha, Campo Limpo Paulista ou Caieiras. O salário é de R$ 1.872,00, com benefícios como restaurante no local, vale-transporte, seguro de vida, licença maternidade e paternidade estendida, TotalPass, programa de bonificação e parceria com instituição de ensino.

No período da tarde, das 13h às 16h, também em parceria com a Total Express, serão oferecidas 30 vagas para o cargo de Assistente de Prevenção de Perdas. Para concorrer, é necessário ter ensino médio completo, idade mínima de 18 anos e residir em Jundiaí. O salário é de R$ 1.943,00, com benefícios como refeição no local, convênios médico e odontológico, vale-transporte, fretado, seguro de vida, TotalPass e participação nos lucros. A escala de trabalho é 6×1, com horários flexíveis. (Governo de SP)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,18
Venda: 5,18

Turismo
Compra: 5,23
Venda: 5,41

EURO
Compra: 5,98
Venda: 5,99

Esporte

Piquet Jr. vence em Cascavel após ultrapassagem decisiva no Bacião

A segunda etapa da temporada 2026 da BRB Stock Car Pro Series foi disputada no domingo em Cascavel (PR) sob forte calor. Nelson Piquet Jr., que largou em segundo, conquistou a vitória na segunda prova da rodada dupla – a primeira foi disputada no sábado – após uma linda ultrapassagem sobre Gaetano Di Mauro, por fora, no Bacião, considerado a curva mais desafiadora do automobilismo brasileiro. Felipe Massa, que largou em décimo, fez uma grande escalada e finalizou em segundo. Di Mauro fechou o pódio, em terceiro. Foi a sexta vitória de Nelson Piquet Jr. na principal categoria do País.

Nelsinho também conquistou o troféu Driver of the Race, que premia o piloto que mais pontuou nas duas provas do final de semana. Com um sexto lugar na prova corrida do sábado e a vitória no domingo, o brasiliense somou 116 pontos em um só final de semana. Com o resultado, o piloto da Scuderia Bandeiras, que conduz um Chevrolet Tracker, subiu para a oitava colocação do campeonato, com 149 pontos.

Gaetano, que largou da pole, enfrentou problemas com o desgaste dos pneus. Foi o mesmo problema que atrapalhou seu companheiro na Eurofarma RC, Felipe Fraga, líder do campeonato que finalizou a prova em quarto.

Piquet não teve um final de semana tranquilo. No sábado, o piloto sofreu um forte acidente quando largou da pole na segunda etapa da TCR South America. A batida aconteceu na reta, logo após a largada, com o carro de Nelsinho sendo atingido pelo carro de Bruno Massa. O impacto impediu Piquet de disputar a segunda prova da TCR, que aconteceria hoje.

"Ontem (sábado) foi muito difícil para mim por tudo o que aconteceu, eu praticamente não dormi essa noite, mas eu tentei virar a cabeça, tentar esquecer", disse Piquet, referindo-se ao acidente na TCR. "Sabia que hoje teria uma corrida muito importante, com um carro muito bom. A equipe fez um trabalho perfeito, com uma estratégia muito boa. Foi um pouco arriscada, mas o pit stop foi maravilhoso. Obrigado a todos os patrocinadores, à Scuderia Bandeiras, ao Átila (Abreu), por acreditarem em mim, estamos na briga pelo campeonato", desabafou Nelsinho.

Segundo colocado, Felipe Massa também teve dificuldades. Na corrida sprint, disputada no sábado, o ex-Fórmula 1 foi punido devido a um toque no carro de Arthur Leist, e caiu de terceiro para nono colocado no resultado final. Mas Massa fez uma grande escalada na prova principal de domingo, largando da décima colocação.

"Estou muito feliz com o resultado. Foi uma corrida bastante estratégica, largando mais atrás e cuidando bem dos pneus desde o início. Depois consegui avançar, ultrapassando vários carros com um bom ritmo. A equipe fez um trabalho excelente, e sair com o segundo lugar nessas condições é muito positivo", disse Felipe Massa.

"Foi uma corrida difícil para nós. Talvez a estratégia não tenha sido a ideal, principalmente com a parada mais cedo e a escolha dos pneus, o que acabou nos

Foto: Marcelo Machado de Melo

Momento *da ultrapassagem de Piquet sobre Di Mauro, no Bacião*

custando desempenho", explicou Gaetano Di Mauro, referindo-se ao fato de a sua equipe ter trocado os pneus do lado esquerdo ao invés dos pneus do lado direito, mais exigidos no traçado de Cascavel. "Ainda assim, fizemos um bom trabalho no fim de semana, com um carro competitivo desde Curvelo. Fico satisfeito por completar a prova e agora é seguir trabalhando, com foco total na briga pelo título", declarou Di Mauro.

Após o final da etapa, Fraga se mantém na liderança do campeonato, com 218 pontos. Enzo Elias vem em segundo, somando 191. Felipe Massa é o terceiro, com 183 pontos.

Como foi a corrida:

Na largada, Gaetano Di Mauro manteve a ponta, seguido por Nelson Piquet Jr. e Julio Campos. Ainda na primeira volta, um toque envolvendo Alfredinho Ibiapina e Rafael Reis provocou um acidente. O carro de Thiago Camilo também foi atingido, abandonando a prova com um pneu furado. Por conta disso, o safety car foi acionado na volta quatro.

A relargada aconteceu na volta oito, e a janela de pit stops foi aberta na volta seguinte. Entre os ponteiros, Felipe Fraga foi o primeiro a entrar nos boxes, sendo seguido por outros pilotos. O líder Di Mauro fez sua parada ao final da volta 10. Após os pit stops, ele retomou a liderança, com Piquet Jr. logo atrás, pressionando na briga pela ponta. Com a janela encerrada, a ordem era: Di Mauro, Piquet, Fraga, Elias e Suzuki.

Na volta 30, Piquet Jr. realizou uma ultrapassagem por fora no Bacião e assumiu a liderança, abrindo vantagem na sequência. Pouco depois, na volta 36, Felipe Massa também superou Di Mauro para assumir a segunda colocação.

Na parte final da prova, os carros da Eurofarma RC perderam rendimento e passaram a ser pressionados pelos adversários. Piquet Jr. administrou a vantagem na liderança e garantiu a vitória, seguido por Felipe Massa, enquanto Di Mauro conseguiu se manter na terceira posição e completou o pódio da corrida principal em Cascavel.

A BRB Stock Car Pro Series volta a se competir no final de semana dos dias 24, 25 e 26 de abril, quando realiza a terceira etapa, no templo do automobilismo brasileiro, Interlagos.

SP deposita R$ 1,76 bilhões de ICMS em novo repasse em março

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) deposita na terça-feira (31) R$ 1,76 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o quarto repasse do mês, referente ao ICMS arrecadado de 23 a 27 de março, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Sefaz-SP já havia repassado R$ 2,06 bilhões aos municípios em três transferências anteriores, 10, 17 e 24 de março, relativos ao ICMS apurado de 2 a 6 de março, de 9 a 13 de março e de 16 a 20 de março, respectivamente.

Com o depósito desta terça-feira (31), o valor total transferido em março soma R$ 3,82 bilhões.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

No primeiro trimestre de 2026, o Governo Estadual realizou 13 repasses semanais às cidades paulistas totalizando R$ 11,56 bilhões do ICMS.

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

Foto/Divulgação/Governo de SP

No *primeiro trimestre de 2026, o Governo Estadual realizou 13 repasses semanais às cidades paulistas totalizando R$ 11,56 bilhões do ICMS*

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3°, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Será bem interessante observar as relações [inclusive nas eleições pra mesa diretora 2027 e 2028] entre cristãos e cristãs vereadores(as) da agora oficialmente federação PP (ex-Arena) e União (PSL + DEM) até o final do mandato das duas bancadas

.

PREFEITURA (São Paulo)
Cristão [católico], o vice-prefeito Melo Araújo (PL) está em prontidão pra disputar uma das 2 cadeiras no Senado pelo Estado SP. Caso seja eleito [por mais Segurança Pública], quem presidir o parlamento municipal será virtual vice-prefeito em 2027

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Será bem interessante observar as relações [inclusive nas eleições pra mesa diretora / 2027 a 2030] entre cristãos e cristãs deputados(as) da agora oficialmente federação PP (ex-Arena e União (PSL + DEM) até o final do mandato das duas bancadas

.

GOVERNO (São Paulo)
Agora que o vice-governador [judeu / Judaísmo] Ramuth está no MDB, há que pense repetir o que fez o PSB do França com Alckmin (PSDB), herdando o cargo do Tarcísio que pode disputar a presidência 2030]. O último governador foi Fleury em 1990

.

CONGRESSO (BRASIL)
Muitos dos ministros e ministras que deixaram [ontem] seus cargos pra disputarem eleições 2026 em vários Estados serão cobrados pelo Lulismo (dono do PT) serão cobrados. Ex-deputado (Constituinte), Lula disse que a política atual é a pior da história

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Enquanto o cristão [católico] Lula (dono do PT) diz que vai defender os ministros [citados por Daniel Vorcaro / caso dos roubos via banco Master], o cristão [católico] e vice Alckmin (ex-PSDB no PSB) já defende a sua ficada na chapa por reeleição em 2026

.

PARTIDOS (Brasil)
Na edição do dia 31 março / 1º abril sobre os 62 anos da tomada do poder pelas Forças Armadas, uma correção [em tempo] sobre a publicação do número 60. Na real, 60 anos está completando a Arena (hoje PP), partido dos militares de 1964 a 1985

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Ainda que um código de ética seja implementado ainda em 2026, não há [em nenhum país do mundo] como garantir que o caráter dos ministros [e da ministra-relatora Carmem] sejam como o Caráter de DEUS e as Éticas como as Justas Justiças do Cristo

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Ele é a pedra que foi rejeitada por vós, os edificadores, a qual foi posta por cabeça de esquina" **Atos 4:11**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Redução da pressão da água no período chuvoso gera economia de 151 bi de litros em SP

Às vésperas do encerramento do período úmido 2025/2026, na terça-feira (31), a economia de água com a redução da pressão noturna na Grande São Paulo já chegou a 151 bilhões de litros, desde agosto do ano passado.

O volume economizado, suficiente para abastecer 20,34 milhões de pessoas por 30 dias mês, o equivalente a a Região Metropolitana de São Paulo por um mês, é resultado de uma estratégia integrada que combinou gestão de pressão e reforço operacional, voltados a ampliar a segurança hídrica e a regularidade do abastecimento na capital e na Grande São Paulo.

Além da ampliação da redução, medida determinada pela Arsesp em parceria com o Governo de São Paulo, a Sabesp vem intensificando o combate a perdas. Entre outubro de 2025 e março de 2026, foram economizados 31 bilhões de litros de água, com mais de 60 mil manutenções preventivas e substituições de equipamentos e inspeções em mais de 17 mil quilômetros de rede. O volume recuperado equivale a 1.000 litros por segundo adicionais no sistema, ou o enchimento de duas caixas-d'água por segundo.

Como complemento às ações estruturais, a Companhia ampliou o programa Reserva Certa, voltado à instalação gratuita de caixas-d'água para famílias de baixa renda (Tarifas Social e Vulnerável). Desde o início do programa, mais de 1.000 famílias já foram atendidas, e outras 165 estão em fase de instalação. A iniciativa garante autonomia de abastecimento por até 24 horas, conforme a norma técnica NBR 5626.

Paralelamente, a Sabesp segue avançando em obras estruturantes de grande porte, como a transposição Billings–Taiaçupeba e a modernização das estações de tratamento de água Baixo Cotia, Rio Grande e Alto da Boa Vista, além da implantação de 25 novos reservatórios pulmão, que irão ampliar ainda mais a capacidade de armazenamento e a segurança hídrica da Região Metropolitana.

Foto/Divulgação/Sabesp

Além *da redução da pressão, o combate aos vazamentos e perdas ajudaram a economizar entre outubro de 2025 e março de 2026 31 bilhões de litros de água*

Com o encerramento do período úmido, a Sabesp entra na fase de poucas chuvas com um sistema mais preparado e resiliente. As obras, o combate a perdas e o incentivo à reservação domiciliar formam um conjunto de ações que permitem reduzir impactos na rotina da população e garantir maior segurança hídrica para os 22 milhões de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo.

Ao mesmo tempo, a Companhia reforça a importância da colaboração da população no uso consciente da água, essencial para atravessar o período seco com responsabilidade e equilíbrio. (Governo de SP)

Entenda como mulheres vítimas de violência podem ter acesso ao auxílio-aluguel em SP

O Governo de São Paulo paga um auxílio-aluguel de R$ 500 por mês a mulheres vítimas de violência doméstica que possuam medida protetiva e estejam em situação de vulnerabilidade. O benefício, criado pela Lei Estadual 17.626/2023 e regulamentado pelo Decreto 68.371/2024, já alcançou cerca de 6 mil mulheres em mais de 580 municípios paulistas, com investimento superior a R$ 8 milhões.

Para ter acesso ao auxílio, a mulher precisa cumprir quatro requisitos simultâneos: ter medida protetiva de urgência expedida pela Justiça com base na Lei Maria da Penha, residir no estado de São Paulo, comprovar renda familiar de até dois salários-mínimos anterior à separação do agressor e demonstrar impossibilidade de arcar com despesas de moradia.

Documentos necessários e onde solicitar

O pedido deve ser feito na rede municipal de assistência social, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) do município. A interessada precisa apresentar:

· RG (ou Carteira de Registro Nacional Migratório, no caso de mulheres migrantes)
· CPF
· Comprovante de residência atualizado
· Cópia da medida protetiva concedida pela Justiça
· Comprovantes de renda, se houver

A comprovação de vulnerabilidade pode ser feita por relatório psicossocial do serviço de assistência social municipal ou inscrição no Cadastro Único (CadÚnico).

Caso o município ainda não tenha aderido ao programa, a mulher pode encaminhar a documentação diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Social pelo e-mail auxiliomulher.seds@sp.gov.br.

Valor, duração e prioridades

O auxílio é de R$ 500 mensais, depositados em conta poupança social do Banco do Brasil. O benefício tem duração de até seis meses e pode ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante relatório técnico do serviço socioassistencial.

O benefício é suspenso se a medida protetiva for encerrada, se a mulher retornar ao convívio com o agressor, se deixar de cumprir os critérios de elegibilidade. (Governo de SP)

Governo integra portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento à plataforma oficial

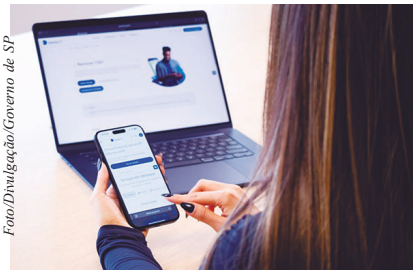
A Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP) está concluindo a primeira fase de migração do seu portal institucional para a plataforma oficial do Governo do Estado de São Paulo de padronização do portal único "sp.gov.br". Além da mudança visual, prevista para entrar no ar em 1º de abril, o portal da Fazenda terá novo endereço eletrônico: www.sfp.sp.gov.br.

Para garantir que os cidadãos e contribuintes tenham tempo hábil para se familiarizar com a nova plataforma, a migração será gradativa. Estão previstas três fases até a desativação total das páginas atuais.

O site atual também contará com redirecionamento de suas páginas para as novas, que estarão dentro do domínio www.sfp.sp.gov.br, até que a mudança seja concluída completamente, garantindo assim que as buscas dos usuários não sejam prejudicadas.

O que muda para o usuário?

A partir de 1º de abril, além de digitar em seu navegador o novo endereço eletrônico da Secretaria da Fazenda e Planejamento www.sfp.sp.gov.br, o usuário perceberá a mudança visual em algumas páginas que já estarão migradas, como a página inicial do portal (home) e os conteúdos das áreas Institucional, Notícias, Legislação, Canais de Comunicação e Atendimento, Unidades Sefaz, Ouvidoria, Codecon, LGPD e CPSEC.


Foto/Divulgação/Governo de SP

Para *garantir que os cidadãos e contribuintes tenham tempo hábil para se familiarizar com a nova plataforma, a migração será gradativa*

Uma nova versão do portal do Grupo Estadual de Educação Fiscal (Gefe-SP), construída na mesma plataforma e adequada à nova identidade visual, também já está disponível e o endereço educacaofiscal.sp.gov.br será mantido.

A segunda e terceira fases de migração, que contemplarão a parte de "Transparência" e a área de "Serviços", essenciais para os cidadãos e contribuintes, tem previsão de conclusão até dezembro de 2026, culminando com a desativação completa. Até lá, esses recursos continuam disponíveis no portal atual (portal.fazenda.sp.gov.br).

Com essa mudança, o portal da Sefaz-SP passa a integrar o padrão tecnológico adotado pelo Estado, promovendo um alinhamento à identidade visual de governo e contribuindo para a consolidação da governança digital.

Com a migração, recomenda-se que os usuários fiquem atentos para evitar acesso a páginas falsas ou que simulam o portal da Secretaria. O portal oficial sempre utilizará o domínio "sp.gov.br", padrão adotado pelo Governo do Estado de São Paulo. Não clique em links desconhecidos e sempre verifique o endereço na barra do navegador antes de acessar serviços ou inserir dados.

A plataforma utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo é o Sistema de Gestão de Conteúdo (CMS) e é administrado pela Prodesp. A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) e supervisionada pela Secretaria de Comunicação (Secom).

A atualização está alinhada ao Decreto n° 69.056/2024, que instituiu o portal único "sp.gov.br", e reforça o compromisso com a padronização dos ambientes digitais do Estado, transparência, modernização da comunicação e a melhoria contínua da experiência do usuário. (Governo de SP)

Contas públicas têm déficit primário de R$ 16,4 bi em fevereiro

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, com o déficit no governo federal sendo parcialmente compensado pelo superávit nos governos regionais. O setor público consolidado – formado por União, estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R$ 16,4 bilhões no mês passado.

Na comparação com fevereiro de 2025, houve redução no saldo; naquele mês, o resultado das contas foi de R$ 19 bilhões negativo.

As estatísticas fiscais foram divulgadas na terça-feira (31) pelo Banco Central (BC). O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público consolidado foi deficitário em R$ 52,8 bilhões, 0,41% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

Em 2025, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R$ 55 bilhões, 0,43% do PIB.

Níveis de governo

Pressionado por gastos com o Programa Pé-de-Meia e reajustes ao funcionalismo público, em fevereiro último, a conta do Governo Central teve déficit primário de R$ 29,5 bilhões ante resultado negativo de R$ 28,5 bilhões em fevereiro de 2025.

O montante difere do resultado divulgado nesta segunda-feira (30) pelo Tesouro Nacional, de déficit de R$ 30 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram resultado positivo de R$ 13,7 bilhão em fevereiro passado contra R$ 9,2 bilhões no mesmo mês de 2025, compensando parcialmente o déficit das contas públicas.

Em sentido contrário, as empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras – contribuíram para a aumentar do déficit das contas consolidadas, com o resultado negativo de R$ 568 milhões em fevereiro. No mesmo mês de 2025, houve superávit de R$ 299 milhões nessas entidades.

Os gastos com juros ficaram em R$ 84,2 bilhões no mês passado. Com isso, o resultado nominal das contas públicas – formado pelo resultado primário e os juros – caiu, na comparação interanual. No mês de fevereiro, o déficit nominal ficou em R$ 100,6 bilhões contra o resultado negativo de R$ 97,2 bilhões em igual mês de 2025.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit R$ 1,1 trilhão, ou 8,48% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 8,4 trilhões em fevereiro, o que corresponde a 65,5% do PIB, aumento de 0,5 ponto percentual do PIB no mês.

O aumento se deve ao déficit primário do mês, aos juros nominais apropriados e à apreciação cambial de 1,5% em fevereiro, compensados pela variação do PIB nominal e por demais ajustes da dívida externa líquida. Como o país é credor em moeda estrangeira, um aumento do dólar significa aumento da dívida líquida.

No mês passado, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 10,2 trilhões ou 79,2%, aumento de 0,5 ponto percentual do PIB observado no mês anterior.

Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais. (Agência Brasil)

Receita paga lote da malha fina do Imposto de Renda de março

Cerca de 87 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências vão acertar as contas com o Leão. Na terça-feira (31), a Receita Federal paga o lote da malha fina de março. Serão contempladas também restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 87.440 contribuintes receberão R$ 300 milhões. Neste lote, todo o dinheiro irá para contribuintes com prioridade no reembolso.

As restituições estão distribuídas da seguinte forma:

47.817 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix;

25.028 contribuintes de 60 a 79 anos;

6.649 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;

4.566 contribuintes acima de 80 anos;

3.380 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave.

A consulta está disponível desde o último dia 24 na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessando o menu "Declarações e Demonstrativos", clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". (Agência Brasil)

Estudo aponta fatores estruturais para inflação de alimentos no Brasil

Um estudo divulgado na terça-feira (31) pela organização não governamental ACT Promoção da Saúde, em parceria com a Agência Bori, mostra que a inflação de alimentos no Brasil se configura como um fenômeno estrutural, que encarece mais os produtos frescos em comparação com os ultraprocessados.

O levantamento foi elaborado pelo economista Valter Palmieri Junior, doutor em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Segundo ele, a inflação dos alimentos no Brasil não pode ser atribuída exclusivamente a questões sazonais - oscilações temporárias que tendem a se corrigir espontaneamente quando a estação muda. O estudo aponta o exemplo de alta no preço do tomate durante a entressafra.

O economista também defende que a inflação dos alimentos não pode ser só explicada por fatores conjunturais, que seriam variações por eventos não recorrentes, que podem durar meses ou poucos anos. Um exemplo é a desvalorização súbita do câmbio.

O estudo classifica a inflação da alimentação como estrutural, composta por pressões permanentes que não se resolvem sozinhas e exigem mudanças no modo como a economia está organizada.

"A inflação é estrutural, pois não decorre apenas de choques temporários, é específica, porque está associada às características históricas do modelo de desenvolvimento brasileiro", escreve o pesquisador no estudo.

Alta acima da inflação

Em quase 20 anos, o custo da alimentação do brasileiro subiu 302,6%, ou seja, multiplicou por quatro, enquanto a inflação geral do país foi de 186,6%. Isso significa que, de junho de 2006 a dezembro de 2025, o encarecimento da comida supera em 62% o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conhecido como inflação oficial.

Para efeito de comparação, Palmieri Junior mostra que nos Estados Unidos, no mesmo período, o nível de preços dos alimentos ficou cerca de 1,5% acima da inflação geral.

O pesquisador ressalta que no Brasil, quando acontece algum tipo de crise e os preços dos alimentos sobem muito, há resistência de recuo.

"Aumentar é fácil, mas depois, em algum momento, cair um pouco, isso é muito difícil. Vi isso em relação a alguns outros países", disse em conversa com jornalistas para apresentar o estudo.

Ao detalhar os grupos alimentícios do custo da comida no Brasil, a pesquisa revela que os itens que mais subiram foram:

Tubérculos, raízes e legumes (359,5%),

Carnes (483,5%) e

Frutas (516,2%)

Saudáveis x ultraprocessados

O levantamento mostra que a perda do poder de compra é mais sentida em alimentos in natura.

"Se uma pessoa destinasse, por exemplo, 5% do salário mínimo para comprar alimentos em 2006, hoje, com essa mesma proporção, ela conseguiria levar mais produtos ultraprocessados e menos alimentos saudáveis", diz.

Entre 2006 e 2026, o poder de compra para frutas caiu cerca de 31%; e para hortaliças e verduras, 26,6%.

Já para compra de refrigerantes (+23,6%) e embutidos como presunto (+69%) e mortadela (+87,2%), aumentou.

Pelo lado dos ultraprocessados, o economista explica que o barateamento está associado ao fato de ter elementos como os aditivos, "que são industriais, com menos oscilação de preço". Outro ponto é o fato de serem cultivos de "monotonia", quando o solo é usado insistentemente para poucos tipos de alimentos, o que reduz a resiliência do cultivo.

"Poucos ingredientes básicos, como trigo, milho, açúcar e óleo vegetal, passam a ser transformados em milhares de produtos distintos por meio da adição de aditivos químicos", diz.

Para o professor, o menor efeito da inflação nos alimentos ultraprocessados direciona as escolhas, fazendo as pessoas a comprar produtos menos saudáveis.

"Você vai tendo uma mudança nos padrões de consumo a partir disso".

Uma pesquisa divulgada hoje pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostrou os fatores que impulsionam o consumo de alimentos ultraprocessados por crianças em comunidades urbanas.

Modelo exportador

Um dos fatores que levam ao aumento persistente dos preços, assinala, é a inserção internacional do Brasil e o modelo agroexportador.

O fato de o país ser um dos maiores exportadores de alimentos do mundo faz com que a prioridade dos produtores seja vender para outros países e receber o valor da produção em dólares, em vez de direcionar para o mercado interno.

Na década de 2000, mostra o estudo, o país exportava 24,2 milhões de toneladas de alimento e importava 14,2 milhões de toneladas. Em 2025, as exportações saltaram para 209,4 milhões de toneladas, enquanto as importações ficaram em 17,7 milhões.

"Esse indicador mostra a quantidade líquida de alimentos produzidos no país cujo destino é o mercado externo, reforçando o papel do Brasil como grande exportador e aumentando a influência do mercado internacional sobre os preços internos", afirma.

O direcionamento para exterior faz com que os produtores brasileiros deem prioridade para itens que são mais demandados em outros países, como soja, milho e cana de açúcar.

A área dedicada ao cultivo dessas culturas passou de 41,93 milhões de hectares em 2006 para 79,30 milhões de hectares em 2025. Essa diferença é maior que todo o território da Alemanha (35,7 milhões de hectares).

No mesmo período, a área dedicada ao cultivo de arroz, feijão, batata, trigo, mandioca, tomate e banana encolheu de 10,22 milhões de hectares para 6,41 milhões de hectares. Para efeito de comparação, o estado da Paraíba se estende por 5,64 milhões de hectares.

Insumos mais caros

Outro elemento apontado como causa do encarecimento recorrente dos alimentos é o custo dos insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos, colheitadeiras e outras máquinas.

O estudo comparou preços dos triênios 2006-2008 e 2022-2024 e identificou os seguintes aumentos na moeda real:

fertilizantes: 2.423%.

herbicidas e reguladores de crescimento: 1.870%

colheitadeiras: 1.765%

inseticidas: 1.301%

ureia (fertilizante nitrogenado): 981%

peças e partes de máquinas agrícolas: 667%

Para o pesquisador, isso reflete a ausência de uma estratégia de desenvolvimento, com expansão de commodities (matérias-primas negociadas em grandes quantidades e preços internacionais) baseada em insumos e tecnologias controlados por oligopólios de países desenvolvidos.

O autor explica que há um ciclo vicioso que se reflete nos preços internos.

"Isso afetou o preço para todo mundo, inclusive para aquele pequeno produtor de feijão. Ele nem exporta, mas vai pagar o alto custo do preço dos insumos, e esse custo vai ser repassado para o preço do feijão", exemplifica.

Concentração

Essa dependência é associada a outro fator que, na visão de Palmieri Junior, leva à inflação dos alimentos: a concentração da cadeia produtiva.

No estudo, ele revela que apenas quatro empresas estrangeiras de sementes respondem por 56% do mercado global.

No caso de empresas pesticidas, quatro companhias de fora do país abocanham 61% do mercado.

Nas máquinas agrícolas, 43% do mercado equivalem à participação de quatro empresas estrangeiras.

Na indústria alimentícia, prossegue o estudo, cinco marcas de duas empresas têm participação de 74,2% no mercado de margarina brasileiro.

Situação semelhante acontece no mercado de massa instantânea (73,7%). Cinco marcas de três empresas alcançam 83% do mercado de chocolates/bombom.

Inflação invisível

O economista cita que a inflação dos alimentos é ainda pior do que mostram os números, por causa da "inflação invisível", que não é possível de ser medida. Ele classifica como esse fenômeno os produtos que mantêm o preço, mas alteram os ingredientes, acrescentando itens mais baratos em detrimento dos mais caros, fazendo com que o produto final perca qualidade.

Um exemplo é o sorvete, que passa a receber menos leite e mais açúcar. O mesmo acontece com o chocolate, que perde cacau em pó e ganha açúcar.

"Se o custo é reduzido piorando a qualidade, e vende com o mesmo preço, é uma inflação que não é computada pelos órgãos de pesquisa. Como você vai captar isso?", questiona.

Soluções

A publicação aponta alguns caminhos com capacidade de reverter a trajetória inflacionária da comida.

"O preço da comida não é apenas uma variável econômica. Expressa escolhas políticas, distributivas e civilizatórias sobre o modelo de sociedade que se pretende construir", frisa o autor.

Entres as sugestões estão:

desconcentração produtiva e fortalecimento das economias locais

reequilíbrio entre exportação e abastecimento interno

fortalecimento de estruturas como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Centrais de Abastecimento dos estados (Ceasas)

ampliação de acesso à terra

crédito à produção condicionado a produção para o mercado interno

Palmieri Junior citou o exemplo de países desenvolvidos, como Estados Unidos e europeus, que realizaram reformas agrárias.

"Significa fazer com que a terra seja mais acessível a um conjunto da população. Isso contribui para uma soberania alimentar", defende.

Para ele, a reforma agrária é benéfica para interesses do capitalismo.

"Se o alimento é barato, sobra mais dinheiro para o cidadão comprar outras coisas que o capitalismo está produzindo e lucrando muito mais", avalia.

"Se para a população de um país, boa parte da renda tem que ser destinada para alimento, outros setores produtivos são prejudicados", completa. (Agência Brasil)

Brasil cria 255,3 mil postos de trabalho em fevereiro, aponta Caged

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 255.321 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em fevereiro. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é maior em relação a janeiro, quando o país criou 115.018 empregos.

A criação de empregos caiu 42% em comparação a fevereiro do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 440.432 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores.

Em relação aos meses de fevereiro desde 2020, esse é o terceiro resultado mais baixo da série, só perdendo para o mesmo mês de 2020 (+217,329 postos) e de 2023 (+252.480 postos). A mudança da metodologia impede a comparação com anos anteriores a 2020.

Acumulado

Em janeiro e fevereiro, o Caged registrou queda de 37,8% no acumulado de vagas formais. Foram 370.339 nos dois primeiros meses de 2026 contra 594.953 no mesmo período de 2025.

Os dados trazem ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empregos formais em fevereiro.

Serviços: 177.953 postos

Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos): 32.027

Construção civil: 31.099

Agropecuária: 8.123

Comércio: 6.127

Tradicionalmente, o mês de fevereiro é fraco para o comércio, que se recupera dos fins dos contratos temporários no Natal.

Destaques

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 79.788 postos formais. A categoria de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 48.132 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 29.029 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o segmento de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que abriu 1.626 vagas. A indústria extrativa abriu 1.199 vagas em fevereiro

Na divisão por unidades da Federação, 24 registraram saldo positivo e três demitiram mais do que contrataram. Os destaques na criação de empregos foram em São Paulo (+95.896 postos); Rio Grande do Sul (+24.392) e Minas Gerais (+22.874).

Os estados que eliminaram empregos formais em fevereiro foram Alagoas (-3.023), Rio Grande do Norte (-2.221) e Paraíba (-1.186);

Carteira assinada

Com a criação de empregos formais, o número de trabalhadores com carteira assinada encerrou fevereiro em 48.837.602, alta de 0,53% em relação a janeiro e de 2,19% em relação ao mesmo mês do ano passado. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras destas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Vertiz Holding S.A. -

CNPJ: 62.330.590/0001-17

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Apresentamos às Vossas Senhorias, a Demonstração Financeira para o período findo de 15 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balanço patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2025		Nota	31/12/2025
Ativos			**Patrimônio líquido**	8	
Caixa e equivalentes de caixa		1	Capital social		20.000
Ativo circulante		**1**	Reservas de capital		4.032.724
Investimento em coligada	6	1.938.986	Ajuste de avaliação patrimonial		(15.588)
Ativo não circulante		**1.938.986**	Prejuízo acumulado		(2.098.149)
			Total do patrimônio líquido		**1.938.987**
Total do ativo		**1.938.987**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.938.987**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Constituição de capital em 15 de agosto de 2025		5	–	–	–	5
Aumento de capital		19.995	–	–	–	19.995
Ágio na subscrição de capital		–	7.230.000	–	–	7.230.000
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	8.d	–	–	19.179	–	19.179
Efeitos reflexo *hedge accounting* em investidas	8.d	–	–	(6.936)	–	(6.936)
Ajuste de conversão de moeda em investidas	8.d	–	–	(27.831)	–	(27.831)
Transação de capital reflexa de investidas		–	(1.877.229)	–	–	(1.877.229)
Transação de capital		–	(1.228.703)	–	–	(1.228.703)
Efeitos reflexos de ações em tesouraria de investidas		–	5.761	–	–	5.761
Outras reservas de capital de investidas		–	(97.105)	–	–	(97.105)
Resultado do período		–	–	–	(2.098.149)	(2.098.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**20.000**	**4.032.724**	**(15.588)**	**(2.098.149)**	**1.938.987**

Demonstração do resultado
Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação em reais)

	Nota	31/12/2025
Equivalência patrimonial em coligada	6	(2.098.149)
Resultado de equivalência patrimonial		**(2.098.149)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(2.098.149)**
Resultado líquido do período		**(2.098.149)**
Resultado básico e diluído por ação		
Resultado básico e diluído por ação preferencial - R$		(0,0014)
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R$		(0,0125)

Demonstração do resultado abrangente
Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2025	
Resultado líquido do período		**(2.098.149)**	
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	8.d		19.179
Efeitos reflexos de *hedge accounting* de investidas	8.d		(6.936)
Ajuste de conversão de moedas de investidas	8.d		(27.831)
Outros componentes do resultado abrangente do período		**(15.588)**	
Resultado abrangente do período		**(2.113.737)**	

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		(2.098.149)
Ajustes para:		
Equivalência patrimonial em coligada	6	2.098.149
		2.098.149
		–
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aporte de capital em coligada		(7.250.000)
Outros		1
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**(7.249.999)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas		7.250.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**7.250.000**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**1**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Vertiz Holding S.A. (antiga Cosan Doze Participações Ltda.) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2025, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 10º andar parte 30, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social exclusivo a titularidade de ações de emissão da Cosan S.A. ("CSAN 3"). Conforme disposição expressa de seu Estatuto Social, a Companhia não poderá exercer qualquer outra atividade, nem deter participação em outras sociedades. **2. Eventos relevantes no exercício: 2.1. Acordo de investimento celebrado entre BTG Pactual, Perfin, *holdings* Aguassanta e Vertiz:** Em 21 de setembro de 2025, foi celebrado acordo de investimento entre: **(i)** entidades administradas pelo BTG Pactual ("Classe Única BTG Pactual Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia", "Classe Única Fundo de Investimento em Participações BPAC3 - Multiestratégia Responsabilidade Limitada" e "BTG Pactual Co-Investimento Cosan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada"); **(ii)** Perfin ("Classe A do Perfin Rally Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada"); **(iii)** *holdings* Aguassanta Participações S.A., Aguassanta Participações S.A. e Queluz Holding Limited); **(iv)** e Vertiz Holding S.A. ("Vertiz"). Nos termos do referido acordo, foi estabelecido que a Vertiz seria o veículo de investimento destinado a deter, de forma exclusiva, participação acionária na Cosan S.A., reunindo os investidores áncora da operação de oferta pública de ações a ser iniciada em 07 de novembro de 2025. Em 10 de novembro de 2025, foi concluída a oferta pública de ações da Cosan S.A., com a emissão de 2.175.000.000 de ações ordinárias, ao preço de R$ 5,00 por ação. No âmbito dessa operação, a Aguassanta Participações, em conjunto com BTG Pactual e Perfin, por meio da Vertiz, adquiriu 1.450.000.000 ações ordinárias de emissão da Cosan, correspondentes a 36,56% de seu capital social. A Vertiz é entidade controlada pela Aguassanta Participações S.A., uma vez que esta Sociedade possui 150.000.000 de ações ordinárias com direito a voto e, em contrapartida, os demais acionistas BTG Pactual e Perfin possuem 150.000.000 de ações preferenciais sem direito a voto. **3. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As presentes demonstrações financeiras referem-se ao primeiro exercício social da Companhia e, portanto, não são apresentadas informações comparativas, em conformidade com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As informações envolvendo estimativas nas demonstrações financeiras da Companhia estão adequadamente evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de Março de 2026. **4. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: a) Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) Pronunciamentos novos ou revisados: As novas normas contábeis e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produzem impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. Ademais, a Companhia não adotou antecipadamente quaisquer outras normas, interpretações ou alterações emitidas, mas ainda não vigentes. A seguir, apresenta-se a relação dos pronunciamentos contábeis alterados e as alterações promovidas pelo *International Accounting Standards* ("IASB"), resparavel pela emissão de novas normas e revisão das existentes, bem como a respectiva avaliação da Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
Reforma tributária sobre o consumo no Brasil (IBS e CBS)	Em decorrência da alteração do CPC 32 relativa à introdução das regras de tributação mínima global (Pilar Dois - GloBE Rules), a Companhia avaliou sua exposição potencial às novas exigências aplicáveis às jurisdições em que o Grupo possui operações no exterior, onde a legislação já se encontra promulgada e em vigor desde 1º de janeiro de 2024. Com base nas informações contábeis e fiscais mais recentes disponíveis e nas análises preliminares realizadas, a Administração não espera impactos materiais nem a constituição de obrigações relevantes relacionadas a tributos complementares (top-up tax) no exercício de 2025, sem prejuízo de eventuais revisões decorrentes de alterações regulatórias, novas interpretações ou atualizações nas bases de cálculo utilizadas. No Brasil, a adaptação às GloBE Rules ocorreu por meio da instituição do Adicional da CSLL pela Lei nº 15.079/2024 e pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais enquadrados nos critérios legais.	A Administração continuará monitorando o tema para avaliar a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações futuras.
Alterações introduzidas no CPC 32 - Item 4º referente à nova regra tributária Pilar Dois / IAS 12	Com base em cálculos preliminares das controladas brasileiras e considerando as regras simplificadoras (*safe harbours*), cuja prorrogação é esperada até 2027, a Administração também não prevê impactos materiais no exercício de 2025. A Companhia continuará acompanhando a evolução normativa e eventuais orientações interpretativas, inclusive quanto às obrigações acessórias decorrentes da legislação.	
Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que trouxe alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1), em setembro de 2024. A partir de então foi definido o conceito de moeda conversível e a orientação acerca do tratamento de moedas não conversíveis. Nessas situações, a taxa de câmbio deve refletir as condições de mercado na data de mensuração e, quando houver múltiplas taxas, deve-se utilizar aquela que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações também reforçaram os requisitos de divulgação.	As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e à ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial	A atualização do CPC 18 trata da aplicação do método de equivalência patrimonial para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a mudança nas normas internacionais, que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Esse ajuste visa harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem causar impactos significativos em relação à norma vigente, limitando-se a ajustes na redação e à atualização das referências normativas.	As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois consistem apenas em ajustes de redação e atualização das referências normativas.

Em complemento, durante o exercício foram emitidas novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, conforme descrito a seguir.

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 Em convergência às normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis**, e introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo a definição de totais e subtotais específicos e a classificação de receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos sobre a renda e operações descontinuadas. A norma também requer a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e estabelece novos critérios para agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Adicionalmente, promove alterações no **CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa**, incluindo a mudança do ponto de partida do fluxo de caixa operacional pelo método indireto, de lucro ou prejuízo do período para lucro ou prejuízo operacional, e a eliminação da opção de classificação de juros e dividendos. A norma entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva.	A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos da adoção do CPC 51 em suas demonstrações financeiras e divulgações, não sendo possível, até o momento, estimá-los de forma confiável.
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A norma permite que entidades qualificadas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nos demais pronunciamentos IFRS. Para qualificação, a entidade deve ser controlada, não possuir responsabilidade pública e integrar grupo cuja controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas em IFRS disponíveis ao público.	Não se espera que a adoção do IFRS 19 produza impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Diretoria

Contadora – Maraysa Rossi - CRC 1SP295307/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Vertiz Holding S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vertiz Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 , bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois o que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluse as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
CRC 2SP000160/O-5

Alessandro Marchesino de Oliveira
CRC 1SP265450/O-8

SWAP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 31.680.151/0001-61

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: A Swap Instituição de Pagamento S.A. (Swap e/ou Empresa), apresenta as suas Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB ou BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). São Paulo, 30 de março de 2026.

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da empresa demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 30 de março de 2026, sem modificações.

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		**1.940.499**	
Ativos circulantes		**1.921.970**	**1.940.499**
Caixa e equivalentes de caixa	4	139.225	185.226
Títulos e valores mobiliários	5	200.772	224.000
Relações interfinanceiras	6	1.465.562	1.452.256
Contas a receber	7	6.554	6.554
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	(1.473)	(1.473)
Operações a receber	8	72.587	73.836
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8	(1.016)	(1.016)
Adiantamentos de terceiros	9	2.284	1.617
Impostos recuperáveis		7.441	7.441
Outros créditos	10	30.034	30.034
Ativos permanentes		**18.529**	**15.499**
Imobilizado	11	7.177	4.147
(-) Depreciação	11	(361)	(361)
Intangível	12	11.867	11.867
(-) Amortização	12	(154)	(154)
Passivo	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivos e patrimônio Líquido		**1.940.499**	**1.940.499**
Passivos		**1.842.688**	**1.842.688**
Passivos circulantes		**1.842.688**	**1.842.688**
Fornecedores	13	56.087	56.087
Outras obrigações		11.056	11.056
Impostos a pagar		2.843	2.843
Obrigações de pagamento pré-pagas	14	277.503	277.503
Obrigações interfinanceiras	15	625.163	625.163
Obrigações de repasse	16	860.393	860.393
Receitas a diferir	17	6.000	6.000
Outras a pagar		3.190	3.190
Adiantamento de clientes		456	456
Patrimônio líquido		**97.811**	**97.811**
Capital social	30	145.140	145.140
Outras reservas de capital		6.168	6.168
Pagamento baseado em ações		16.304	16.304
Prejuízos acumulados		(69.810)	(69.810)

Demonstração do Resultado

	Notas	2º semestre/25	31/12/2025 Exercício
Receitas operacionais bruta	18	**169.771**	**306.705**
Receitas de prestação de serviços		63.937	125.218
Receitas de float		101.834	175.027
Receitas de incentivo		4.000	6.480
Receitas/despesas) operacionais		**(159.042)**	**(270.146)**
Despesas de pessoal	19	(14.160)	(29.005)
Outras despesas administrativas	20	(51.344)	(96.019)
Despesas tributárias	21	(14.232)	(26.526)
Provisão para passivos contingentes		(1.540)	(1.662)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		134	438
Outras receitas operacionais	22	310	7.078
Outras despesas operacionais	23	(78.410)	(124.448)
Resultado operacional		**10.729**	**36.561**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**10.729**	**36.561**
Imposto de renda e contribuição social		**(612)**	**(6.859)**
Correntes		(612)	(6.859)
Lucro do semestre/exercício		**10.117**	**29.702**
Lucro por ação		**0,08**	**0,20**
Quantidade de ações	30	**130.707**	**130.707**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2º semestre/25	31/12/2025 Exercício
Lucro do semestre/exercício	10.117	29.702
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	**10.117**	**29.702**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Outras reservas de capital	Pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
		145.149	-	**17.439**	**(61.561)**	**71.027**
		-	-	-	(11.978)	**(11.978)**
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**145.149**	-	**17.439**	**(93.537)**	**68.051**
Lucro do exercício		-	-	-	29.702	**29.702**
Plano de opções de ações outorgados	25	-	-	(1.135)	-	**(1.135)**
Ajustes de pagamento baseado em ações	25	-	6.168	-	(5.975)	**193**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**145.149**	**6.168**	**16.304**	**(69.810)**	**97.811**
Saldos em 30 de junho de 2025		**145.149**	-	**13.681**	**(73.952)**	**84.878**
Lucro do semestre		-	-	-	10.117	**10.117**
Plano de opções de ações outorgados	25	-	-	2.623	-	**2.623**
Ajustes de pagamento baseado em ações	25	-	6.168	-	(5.975)	**193**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**145.149**	**6.168**	**16.304**	**(69.810)**	**97.811**

Demonstração Fluxo de caixa

	2º semestre/25	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do semestre/exercício	10.117	29.702
Depreciação e amortização	384	410
Pagamento baseado em ações	2.623	(1.135)
Provisão para contingência	1.540	1.662
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(134)	(438)
Resultado ajustado	**14.530**	**30.201**
(Aumento)/ redução nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento)/ redução títulos e valores mobiliários	(58.154)	(79.507)
(Aumento)/ redução relações interfinanceiras	(215.987)	(273.816)
(Aumento)/ redução contas a receber	(1.723)	(2.038)
(Aumento)/ redução operações a receber	(9.681)	31.400
(Aumento)/ redução adiantamentos de terceiros	549	(943)
(Aumento)/ redução impostos recuperáveis	(3.125)	2.351
(Aumento)/ redução outros créditos	(11.768)	(17.812)
(Aumento)/ redução fornecedores	18.066	32.426
(Aumento)/ redução outras obrigações	(301)	2.282
(Aumento)/ redução impostos a pagar	(199)	512
(Aumento)/ redução contas de pagamento pré-paga	80.138	79.291
(Aumento)/ redução obrigações interfinanceiras	170.856	222.880
(Aumento)/ redução obrigações de repasses	152.951	110.032
(Aumento)/ redução receitas a diferir	5.500	5.500
(Aumento)/ redução outras a pagar	(2)	(3)
(Aumento)/ redução adiantamento de clientes	159	286
Caixa líquido (utilizado) das atividades operacionais	**127.279**	**112.843**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Adição) no intangível (3.945) (5.655)
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de investimentos	**(3.945)**	**(5.655)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**137.864**	**137.389**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	1.361	1.836
Saldo final	139.225	139.225
Aumento(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**137.864**	**137.389**

A Diretoria

Contador: **Mário Ivan dos Santos** - CRC 1SP 176.011/O-3

Vishay Americas do Brasil Representações Ltda.

CNPJ nº 09.409.438/0001-00 - NIRE 35.222.140.843

INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular - **A. Vishay Americas Inc.**, CNPJ 05.733.806/0001-02, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger,** RG 18.437.471-16 (SSP/SP), CPF 263.572.288-93, nos termos da procuração outorgada em 18/11/2020, traduzida para o vernáculo pela Tradutora Pública Juramentada Célia Polacow Korn, Tradução 72518, Livro 817, fls. 179 a 181, devidamente registrada no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pj da cidade de SP 2.038.732, em 08/02/2021; **e B. Vishay Electronic Gmbh,** CNPJ 21.653.110/0001-22, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger**, nos termos da procuração outorgada em 21/01/2021, traduzida para o vernáculo pela Tradutora Pública Juramentada Célia Polacow Korn, Tradução 72204, Livro 813, fls. 313 a 315, devidamente registrada no 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pj da cidade de SP 1.379.097, em 18/02/2021; **Únicas Sócias** da sociedade empresária limitada denominada **Vishay Americas do Brasil Representações Ltda.**, CNPJ 09.409.438/0001-00, com seu Contrato Social arquivado na JUCESP NIRE 35.222.140.843, em sessão do dia 25/02/2008, e com sua 9ª e última Alteração do Contrato Social arquivada nº 179.517/21-1, em sessão de 20/04/2021 ("Sociedade"), decidem o quanto segue: **I. Dissolução da Sociedade: I.1.** Tendo em vista que as sócias não têm mais interesse em continuar com as atividades e operações da Sociedade, decidem, por unanimidade, dissolver, liquidar e extinguir a Sociedade, nos termos do Art. 1.033, inciso II, da Lei 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"). **II. Liquidação e Extinção da Sociedade: II.1.** Em virtude da deliberação acima, o ativo e o passivo da Sociedade foram apurados no balancete levantado em 27/02/2026 (doravante denominado "Balancete de Encerramento"), que segue como anexo ao presente instrumento na forma de **Anexo I** e é, neste ato, aprovado pelas sócias. **II.2.** Com base no Balancete de Encerramento, exceto pelo ativo indicado no item II.3 abaixo, a Sociedade não possui outros ativos ou passivos a serem liquidados. Assim, em decorrência da ausência de outros ativos e passivos a serem liquidados pela Sociedade, a fase de liquidação prevista no artigo 1.102 do Código Civil é reduzida a um único ato, sendo que as únicas sócias decidem extinguir a Sociedade, nos termos do artigo 1.109 do Código Civil. **II.3.** Nos termos do item II.2 acima, conforme apurado no Balancete de Encerramento, existe um saldo na conta corrente de titularidade da Sociedade, no valor de R$ 132.595,18, que deverá ser restituído às sócias da Sociedade, proporcionalmente à participação detida por cada uma delas no capital social da Sociedade, da seguinte forma: **i)** a quantia de R$ 132.594,62 será remetido à sócia **Vishay Americas Inc.**; e (ii) o valor de R$ 0,56 será pago em espécie à sócia **Vishay Electronic Gmbh,** a partir do registro do presente instrumento perante a JUCESP. Considerando que a sócia **Vishay Americas Inc.** se trata de sociedade estrangeira, sua representante legal no Brasil, Sra. **Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger,** será responsável por todas as medidas necessárias para a remessa do valor referido acima após o encerramento da Sociedade, estando desde já autorizada a assinar qualquer documento necessário para tanto. **II.4.** Sem prejuízo do acima exposto, as sócias e a Sociedade outorgam entre si a mais plena, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem uma da outra, seja a que título for, com fundamento no contrato social e suas alterações, declarando, ainda, dissolvida, liquidada e extinta a Sociedade, para todos os efeitos, com o arquivamento deste distrato perante a JUCESP. **II.5.** As sócias obrigam-se a satisfazer integralmente eventuais débitos que vierem a ser exigidos da Sociedade após a presente data, observada, entretanto, a limitação prevista no artigo 1.110 do Código Civil. **II.6.** Caberá ao **Sr. João de Oliveira Freitas Neto,** RG 09.542.269-9 (SSP/SP), CPF 033.842.498-95, conservar, pelo prazo legal, os livros e documentos da Sociedade, ora distratada, o qual fica autorizado a proceder à baixa das inscrições da Sociedade perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, podendo nomear procuradores para tanto e praticar todos e quaisquer atos necessários para o bom e fiel cumprimento de suas funções. **II.7.** O Sr. **João de Oliveira Freitas Neto,** aceita, neste ato, a sua nomeação para praticar todos os atos necessários para a extinção da Sociedade. **II.8.** Ainda que as disposições legais aplicáveis dispensem a apresentação de documentos que comprovem a regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas da Sociedade, as sócias declaram, emitidas em nome da Sociedade, estas declarações ao presente instrumento (a) o Certificado de Regularidade do FGTS; (b) a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; (c) a Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de SP; (d) a Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de SP; e (e) a Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários do Município de SP. **II.9.** As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca da cidade de SP, SP, para dirimir qualquer questão oriunda do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento Particular de Distrato Social em 03 vias, na presença das testemunhas. SP, 28/02/2026. **Vishay Americas Inc.** - Por: Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger - Procuradora. **Vishay Electronic Gmbh** - Por: Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger - Procuradora. **JUCESP**

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS,COM PRAZO DE 10DIAS,expedido nos autos da Desapropriação-Desapropriação por Utilidade Pública(nº. 3051941 PROC.)**1146344-64.2023.8.26.0053**.(TJA) MM.Juiz(a) Dr.(ra) Direito da 3ª Vara de Fazenda Pública,do Foro Central-Fazenda Pública/Acidentes,Estado de São Paulo,Dr(a).ALESSANDRA TEIXEIRA MIGUEL na forma da Lei etc.FAZ SA BER que a Prefeitura Municipal 865 São Paulo,pretende desapropriar,em face de Vlofl 865 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. Fabio Guimarães dos Santos e Danilo Guimarães dos Santos,objetivando a totalidade do imóvel situado na Rua Ribeirão Claro nº. 254-Vila Olímpia,contribuinte 299.083.0054-5,declarado de utilidade pública para a implantação do Melhoramento Público "Ligação Viária entre a Avenida Hélio Pellegrino e Avenida dos Bandeirantes", conforme Decreto Municipal nº 63.252 de 1.2003/2004. E para levantamento das importâncias já depositadas e das que vierem a ser,foi determinada a expedição do presente edital, com o prazo de 10 dias, a contar da 1ª publicação na Imprensa Oficial, nos termos e para os fins do art.34 do D.L. nº 3.365/41. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de março de 2026. | 01,02

3ª Vara Cível - Foro Regional XI - Pinheiros/SP.
Edital de Citação. Prazo 20 dias. Proc. nº 1001166-91.2025.8.26.0011. A Dra. Renata Pinto Lima Zanetti, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível de Pinheiros/SP. Faz saber a Lidine Manutenção e Facilities Ltda ME.CNPJ 33.093.902/001-06 e Jacqueline Soares Munhoz CPF 073.718.858-55, que GPM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicedido por sua administradora Simplum Corretora de Títulos e Valores Mobiliários SA, ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de R$ 254.145,90 (janeiro/2025), referente ao Contrato de Cessão de Crédito, de 26/05/2022. Estando os executados em lugar ignorado,expede-se o edital para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, cauçuem o débito, sob pena de nomeação do prazo de 15 dias ocorrer embargos ou reconhecer o crédito e comprovar o decênio de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 6 parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. | 1,2

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio

C.N.P.J. (MF): 45.493.772/0001-40

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação

Na forma da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,** e do **Estatuto Social da Companhia,** ficam convocados os Senhores Acionistas da **AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **09 de abril de 2026, às 10h00,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Zoom, para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** a) Instalação do Conselho Fiscal da Companhia, em caráter não permanente, para o exercício em curso, em atendimento ao requerimento formulado por acionistas minoritários, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/76; **b)** Leva-se instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros efetivos e respectivos suplentes; **c)** Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, observado o disposto no art. 162, §3º, da Lei nº 6.404/76. Os acionistas que desejarem participar deverão solicitar instruções para cadastramento e acesso à assembleia pelo e-mail jurídico@sitahl.com.br com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da assembleia. Mairinque/SP, 31 de março de 2026.

CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA E DOR DE SÃO PAULO LTDA.

CNPJ 07.099.347/0001-82

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os sonhores sócios da Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda. ("Sociedade"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada às 21h00 do dia 09 de abril de 2026, em 1ª convocação, e às 21h30 do mesmo dia, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital, **Endereço digital:** A Assembleia será realizada via plataforma Teams conforme link a seguir indicado, que também será enviado aos e-mails dos sócios conforme endereço eletrônico cadastrado: **https://teams.microsoft.com/meet/264041886953383?p=mmeNbCnLVUZ7qz: ID da Reunião: 264 041 886 953 88 - Senha: bU3kv3EP. ORDEM DO DIA: I – Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** a) Deliberar sobre a aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Sociedade para o próximo exercício social, nos termos previstos no Contrato Social. São Paulo, 30.03.2026. **Dr. Leonardo Teixeira Domingues Duarte** - Diretor Geral

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/NIRE: 93.032.738/0001-00 - NIRE 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2025; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 31 de março de 2026.

RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

Santa Cruz Participações S/A.

CNPJ nº 60.890.746/0001-40 - NIRE 35.300.054.512

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas, para realização da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 14 de Abril de 2026, às 10 horas, na sede social, situada na Rua da Consolação, 1992 - 2º andar - conjunto 22, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP 01302-001, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; b) Proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e sobre o pagamento de dividendos; c) Eleição da Diretoria para o trênio 2026/2029; d) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 25 de março de 2026. Rodolfo de Almeida Prado - Diretor Presidente.

O 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, com fundamento no artigo 216-A, §§ 4º e 13º, da Lei nº 6.015/73, faz saber que foi prenotado, sob o nº 666.764, o procedimento de usucapião extrajudicial, na modalidade extraordinária, requerido por Marli Regina Pereira, brasileira, divorciada, professora aposentada, portadora do RG nº 14.851.932-5-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 063.916.248-79, residente e domiciliada à Rua Aviação, nº 1253, apartamento 181, bloco 100, Chácara Santana, Aracatuba/SP, com o objetivo de obter o reconhecimento do domínio sobre o imóvel com área de 244,73m², situado à Avenida Santa Mônica, nº 110, Jardim Santa Mônica, 31º Subdistrito – Pirituba, nesta Capital, contribuinte nº 105.082.0042-2, matriculado sob o nº 57.784, deste R.I, sendo a nua propriedade em nome de Rosa Valeriano da Silva, Zelinda Valeriano Salles, Carlos Roberto Salles, João Antonio Valeriano e Agda Rosane Valeriano, e como usufrutuário José Valeriano e Izabel Lopes Valeriano. Os requerentes alegam exercer posse mansa, pacífica e ininterrupta, com ânimo de dono, por período superior a 20 anos, atendendo aos requisitos legais para a usucapião. O imóvel confronta-se pelo lado direito com o imóvel nº 102 da Avenida Santa Mônica, matriculado sob o 44.381, deste R.I de propriedade de Marcos Cassalho de Oliveira e Roseli Hernandes Perez de Oliveira; pelo lado esquerdo com o imóvel nº 122 da Avenida Santa Mônica, transcrito sob nº 25.170, deste R.I de propriedade de Luiz Antonio Kalil e Mansueto Pradella; e pelos fundos com imóvel nº 146 da Avenida Santa Mônica, transcrito sob nº 41.893, deste R.I de propriedade de Imobiliária Vieira Ltda. O presente edital tem por finalidade **DAR CIÊNCIA AO ESPÓLIO DE JOÃO ANTONIO VALERIANO, IZABEL LOPES VALERIANO, ESPÓLIO DE LUIZ ANTONIO KALIL, IMOBILIÁRIA VIEIRA LTDA E A TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS,** para que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste edital, apresentem impugnação fundamentada, caso não concordem com o reconhecimento da usucapião. As manifestações deverão ser dirigidas ao 16º Registro de Imóveis, localizado na Rua Pamplona, nº 1.593, Jardim Paulista, São Paulo/SP, durante o horário de expediente, das 9h às 16h. Fica informado que, não havendo manifestação no prazo estipulado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelos requerentes, e o procedimento de usucapião extrajudicial poderá ser concluído com o competente registro, nos termos da Lei.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAL, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativa, prenotado sob nº 936.300 em 28 de outubro de 2024, a requerimento de ALEXANDRE DIAS CECOLIM casado com **LILIAN VIEIRA FREIRES, ANDRE DIAS CECOLIM, ADRIANA DIAS CECOLIM e DAIANA DE RESENDE CECOLIM,** qualificados na notarial de usucapião lavrada no 19º Tabelião de Notas desta Capital (Lvº 4861, pag. 143/179), representados pela advogada Dra. Fernanda Martins de Araujo Pereira, OAB/SP nº 279.839, **FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, requereram à USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA,** nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre o imóvel, situado na Rua Maria Noschese nº 306, área do terreno de 180m², de acordo com a planta e memorial descritivo produzido pela engenharia Elizangela Barboza dos Santos, CREA: 5070793633, devidamente lançado pelo contribuinte nº 041.276.0047-0, matriculado sob nº 27.920, deste Registro, constando como titular de domínio: ANTONIO FERNANDO CHAVES JOSE, advogado, RG nº 7.847.576, e sua mulher MARIA IGNEZ DE FREITAS CHAVES, dolar, RG nº 6.817.941, CPF em cumum nº 269.752.388-04, sendo os demais titulares de domínios ou requerentes supri citados acima, a margem da citada matricula, além disso, notifico o confrontante da MATRICULA Nº 64.800, imóvel situado na Avenida dos Bandeirantes, nº 2571, parte do lote 4, da quadra 9, de propriedade de: KRISTHAL DAHER, RG nº 26.563.164-SSP/SP, CPF nº 311.19 7.846-53, ELIZABETH DAHER, RG nº 36.562.885-2-SSP/SP, CPF nº 311.818.318-73, brasileiras, solteiras, maiores, estudantes, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Botelho nº 187, apt° 142, Bloco A, Vila Guarani estando a requerente exercendo a posse contínua, ininterrupta, manda e pacífica, por mais de 30 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º e 16 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 do CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 17 de março de 2026.

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO" e "AGE" e, em conjunto, "AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, no **dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1400, 2º andar, Conjunto 22, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000, **com possibilidade de participação digital**, através da plataforma digital Teams ("Plataforma Digital"), para que possa participar da possibilidade de votar por meio de Boletim de Voto a Distância, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes. ii. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos. iii. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: iv. Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para alterar o artigo 5º a fim de refletir o aumento de capital aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24/11/2025. Informações Relevantes: 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGOE ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 27/03/2026, na forma prevista na Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29/03/2022 ("RCVM 81/2022"), e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://ri.even.com.br). 2. Nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes cuja (ii) procuração, em caso de representação por instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso; e (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade e em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). 3. Os Acionistas que optarem por participar presencialmente da AGOE devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGOE, os Acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGOE que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do Acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail <ri@even.com.br>. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, a Companhia solicita que os referidos documentos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGOE. 4. Os Acionistas que desejarem participar remotamente da AGOE, através da Plataforma Digital, devem enviar a documentação indicada acima para o e-mail <ri@even.com.br>, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2026 e solicitar o acesso ao sistema. Os Acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na Assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da Assembleia. A Proposta da Administração disponibilizada nos termos do item 1 acima contém informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos sobre como os Acionistas poderão participar e votar a distância na assembleia, incluindo informações necessárias e suficientes para acesso e utilização do sistema pelos acionistas. 5. Os Acionistas que optarem por exercer seu direito de voto a distância, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei das S.A. e da RCVM 81/2022, deverão preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo, até 4 dias antes da data de realização da AGOE (ou seja, até 25 de abril de 2026, inclusive: (i) diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores, para o e-mail: <ri@even.com.br>; (ii) ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., por meio de Boletim de Voto a Distância, sendo depositário em depositário central; (iii) aos seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (iv) ao depositário central. O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou ao depositário central no qual as ações encontram-se depositadas, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os Acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia, com o escriturador ou com o depositário central e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. 6. A Companhia informa, ainda, que: (i) os Acionistas titulares de pelo menos 5% do capital social da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no artigo 141 da Lei S.A. e no art. 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70/2022"); e (ii) os Acionistas titulares de pelo menos 2% (dois por cento) do capital social da Companhia poderão requerer a adoção do processo de Conselho Fiscal, observado o disposto no artigo 161, § 2º, da Lei S.A. e nos artigos 4º da RCVM 70/2022. 7. Observados os percentuais de participação e demais regras previstas na RCVM 81/2022, os Acionistas que desejarem incluir, no boletim de voto a distância, candidatos ao conselho de administração ou ao conselho fiscal ou propostas de deliberação, deverão encaminhar solicitação de inclusão diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores, para o e-mail: <ri@even.com.br>. São Paulo, 27 de março de 2026. Rodrigo Geraldi Arruy - Presidente do Conselho de Administração.

"MOINHO PROGRESSO S.A.

CNPJ N. 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 10 de abril de 2026

O Conselho de Administração da Moinho Progresso S/A convoca os Srs.(as) acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária em sua sede social à Rua Emílio Goeldi n. 271-B, as 11 horas do dia 10 de abril de 2026, para deliberarem sobre: I - exame, discussão e votação das contas e relatórios relativos ao exercício findo em 31/12/2025; II - destinação do Lucro Líquido, com distribuição de dividendos mínimos obrigatórios conforme Estatuto Social; III - Eleição dos membros do Conselho de Administração. A documentação referente a essa assembleia está publicada no dia 05(cinco) de março de 2026 no jornal "O Dia – SP" versão impressa e digital. Os document os a serem aprovados e informações também podem ser requeridos junto à companhia pelo e-mail: diretoria@moinhoprogresso.com.br. São Paulo, 28 de março de 2026, Yung Chi Ching – Presidente do Conselho de Administração."

BIOMM S.A.

CNPJ Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE Nº 31.300.016.510

Companhia Aberta

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A.** ("Companhia" ou "Biomm") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 10 horas, na sede da Companhia, na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagos dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; e **(iv)** Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração a seus respectivos sucessores. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a adesão da Companhia no segmento Nível 2 de Governança Corporativa da B3; **(ii)** Deliberar sobre a consignação do novo capital social da Companhia, com homologação nas Reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 26 de março de 2025, em 21 de agosto de 2025 e em 25 de março de 2026; **(iii)** Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, com alteração dos atuais artigos 1, 2, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38 e 40, incluídos de parágrafos, exclusões de parágrafos e ajustes de referência; e **(iv)** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação do item "(iii)" acima. **Instruções Gerais:** Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta da Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e a Proposta de Adoção do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A AGOE será realizada de forma exclusivamente presencial, em conformidade com a prática historicamente adotada pela Companhia em suas assembleias, visando garantir o pleno engajamento, transparência e eficácia nas deliberações, bem como considerando que os níveis históricos de presença dos acionistas se mostram satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Nesse contexto, poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si ou seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e nos termos do artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário de participação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Nova Lima/MG, 30 de março de 2026. Cláudio Luiz Lotterberg - **Presidente do Conselho de Administração.**

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Ser Realizada em 30 de Abril de 2026

O Conselho de Administração da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 10h, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) ratificação do pedido de recuperação judicial da Companhia, em conjunto com suas afiliadas ("Afiliadas"), ajuizado pelos administradores da Companhia, em caráter de urgência, nos termos do artigo 122, § único, da Lei nº 6.404/76, perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, e deferido no dia 30 de outubro de 2025; e (ii) autorização para os administradores da Companhia tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários e convenientes do item "i" acima, com vistas a dar continuidade e garantir a efetivação da recuperação judicial da Companhia, bem como ratificar todos os atos relacionados ao item "i" acima praticados pela administração da Companhia até a data da referida AGOE. A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação de acionistas somente poderá ocorrer (a) via Boletins de Voto a Distância, e/ou (b) via plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia entende que a forma exclusivamente digital é a mais adequada para a realização desta AGOE por facilitar a participação de seus acionistas, que poderão participar da AGOE sem a necessidade de comparecimento presencial em sua sede. Além disso, esta foi a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGOE que as instruções detalhadas para envio dos Boletins de Voto a Distância e para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM 81, constam da Proposta da Administração e Manual, para Participação dos Acionistas na AGOE ("Proposta", que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Os acionistas interessados em participar da AGOE por meio da Plataforma Digital deverão enviar e-mail para o endereço ri@ambipar.com, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGOE, **ou seja, até 28 de abril de 2026,** manifestando seu interesse em participar da AGOE, solicitando o link de acesso à Plataforma Digital, e observando, ainda, as demais instruções contidas na Proposta. A despeito da possibilidade de participação via Plataforma Digital, a Ambipar recomenda aos acionistas a adoção dos Boletins de Voto a Distância. Nos termos da RCVM 81, e conforme detalhado na Proposta, os acionistas que tiveren interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto a Distância deverão enviar as instruções de voto por meio: (i) dos seus respectivos agentes de custódia, utilizando os canais por eles disponibilizados; (ii) da Central Depositária da B3, utilizando os canais por ela disponibilizados; (iii) do agente escriturador, Banco Bradesco S.A., utilizando os canais por ele disponibilizados; ou (iv) diretamente à Companhia por e-mail, acompanhadas dos documentos indicados acima e conforme os detalhes contidos na Proposta. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, I-A, da RCVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das S.A., combinado com o artigo 4º da RCVM 70. Encontra-se à disposição dos acionistas, nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br), toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGOE, nos termos da RCVM 81. São Paulo, 30 de março de 2026. **Alessandra Bessa Alves de Melo** - Presidente do Conselho de Administração.

A lista de Afiliadas faz parte do Anexo I da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20/10/2025, disponível no site da Companhia.

MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A.

CNPJ/MF nº 21.526.148/0001-34 - NIRE 35.300.611.390

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em assembleia geral ordinária, a ser realizada de forma exclusivamente digital, por meio do link https://teams.microsoft.com/meet/23748856601131?p=xMEIHfNr1ZHyaOW, ID da reunião 237 488 566 011 31, senha:HQ3f9sn7, nos termos do artigo 124, §2-Aº da Lei nº 6.404/76, no dia 29 de abril de 2026, às 11:00 horas, em primeira convocação, e no dia 29 de abril de 2026 às 11:30 em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e; (c) o envio dos documentos da convocação pertinentes a Assembleia Geral. A Companhia informa que o relatório de auditoria das demonstrações financeiras foi devidamente publicado em 28, 29 e 30 de março de 2026 no Jornal O Dia SP; página 4 da versão digital, e poderá ser acessado no site do site eletrônico do referido jornal. Adicionalmente, a Companhia informa que a Boletim de Voto à Distância será disponibilizado por e-mail. Eventuais solicitações dos acionistas podem ser encaminhadas por e-mail para juridico@maismu.com.br. São Paulo, 01 de abril de 2026.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 2490-2

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2026

Conforme deliberação do Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 28 de abril de 2026, às 10h ("AGO"). A AGO será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica "Microsoft Teams", conforme permitida pelo artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e disciplinada na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(i)** apreciação das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas (a) do relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (b) do relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia; (c) do relatório anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (d) do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** destinar o resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** ratificar a eleição de membro do Conselho de Administração; **(iv)** fixar o limite da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **Informações Gerais:** A AGO será realizada de maneira exclusivamente digital, observando o disposto na Resolução CVM 81, de forma que, observados os respectivos prazos e procedimentos, aqueles que desejarem atender à AGO deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital "*Microsoft Teams*", nos termos descritos neste Edital de Convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se cadastrarem previamente. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que não será admitida qualquer forma de participação a realização da AGO considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da AGO e os custos que os acionistas eventualmente precisariam arcar para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de mecanismos que facilitem a participação dos seus acionistas. Nos termos do artigo 5º, nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo para solicitação de instalação do Conselho Fiscal é 2% das ações com direito a voto, conforme estabelecido pelo art. 4º da Resolução CVM nº 70/2022. **Plataforma Digital:** Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, interessados em participar da AGO deverão, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br **com antecedência mínima de 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGO, ou seja, até o final do dia 26 de abril de 2026,** para fins de: **(a)** realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para participação e representação na AGO, conforme descrito neste Edital de Convocação; e **(b)** especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que deverá participar remotamente da AGO. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentarem a documentação de identificação até o dia 26 de abril de 2026, nos termos aqui previstos, não poderão participar da AGO. Adicionalmente, uma vez que AGO será realizada **de modo exclusivamente digital,** a Companhia esclarece que não será mantida qualquer sala física na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da AGO. **Documentação de Representação:** Nos termos do parágrafo 1º, artigo 9º do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da AGO dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item "*Plataforma Digital*" *Depositar Prévio de Documentos*" acima, deverão apresentar: **(i)** um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; **(ii)** os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal do representante do acionista, no caso de acionista seja pessoa jurídica; e **(iii)** se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as regras do parágrafo 1º, do artigo 126, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as regras do artigo 126, § 10, da Lei das Sociedades por Ações. Os documentos de representação, seja administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia do documento de identidade deverá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da AGO, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Os acionistas que opt

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Avannt Consultoria em Tecnologia da informação S.A

CNPJ 10.422.452/0001-15

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024		2025	2024
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	21	123	Fornecedores	25.119	26.279
Contas a receber	4.488	3.441	Obrigações trabalhistas	154	224
Adiantamentos	44	35	Obrigações tributárias	270	476
Tributos a recuperar	60	582	Imposto de renda e contribuição social a pagar	160	–
Outros ativos	48	82	Dividendos e juros sobre o capital a pagar	2.291	2.814
	4.661	4.219	Outras contas a pagar	2.288	772
				28.075	29.870
Não circulante			**Não circulante**		
Tributos diferidos	2.970	3.235	Obrigações tributárias	419	572
Partes relacionadas	29.895	30.574	Partes relacionadas	809	804
Imobilizado	41	48		1.228	1.376
Intangível	32	40	**Patrimônio líquido**		
	32.938	33.897	Capital social	2.102	2.102
			Reserva de lucros	6.193	4.768
				8.295	6.870
Total do ativo	37.599	38.116	**Total do passivo e patrimônio líquido**	37.599	38.116

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.102	420	3.032	–	5.554
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.993	3.993
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(998)	(998)
Dividendos complementares	–	–	(1.679)	–	(1.679)
Transferência para retenção de lucros	–	–	2.995	(2.995)	–
Em 31 de dezembro de 2024	2.102	420	4.348	–	6.870
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.901	1.901
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(476)	(476)
Transferência para retenção de lucros	–	–	1.425	(1.425)	–
Em 31 de dezembro de 2025	2.102	420	5.773	–	8.295

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2025	2024
Receita operacional líquida	9.107	16.129
Custo dos serviços prestados	(4.090)	(9.854)
Lucro bruto	5.017	6.275
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(2.160)	(2.127)
Outras receitas (despesas) operacionais	3	(265)
	(2.157)	(2.392)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	2.861	3.883
Receitas financeiras	91	75
Despesas financeiras	(200)	(287)
	(109)	(212)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.752	3.671
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(585)	(145)
Diferidos	(265)	467
	(850)	322
Lucro líquido do exercício	1.902	3.993

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.901	3.993
Total dos resultados abrangentes do exercício	1.901	3.993

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo das atividades operacionais	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.901	3.993
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	15	10
Clientes a faturar	(158)	1.205
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	607	–
Juros sobre parcelamentos	112	129
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	85
Imposto de renda e contribuição social corrente	585	145
Imposto de renda e contribuição social diferido	265	(467)
	3.327	5.100
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber de clientes	(1.496)	185
Adiantamentos	(9)	366
Outros créditos	(15)	(12)
Ativos fiscais	522	99
IRPJ e CSLL compensados	(250)	(145)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.160)	2.904
Obrigações trabalhistas	(71)	(62)
Obrigações tributárias	17	218
Outras contas a pagar	5	(3)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(523)	1.647
Caixa líquido originado das atividades operacionais	352	10.341
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	–	(5)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	–	(5)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de parcelamentos	–	683
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	(875)
Pagamento de parcelamentos	(375)	(1.182)
Juros pagos de empréstimos	–	(255)
Juros pagos de parcelamentos	(112)	(129)
Partes relacionadas	684	(5.827)
Dividendos pagos/distribuídos	(476)	(2.677)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(175)	–
Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamentos	(454)	(10.262)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(102)	74
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	123	49
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21	123
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(102)	74

Diretoria

Kleuber Pereira Batista - Representante - CPF: 579.***.**-72 **Maraisa Paes Martins** - Contadora - CRC: 1SP157782-O/O

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

Cast Participações S/A

CNPJ: 17.837.377/0001-00

Balanços patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado) 2025	2024	Consolidado (Não auditado) 2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	6	7	14
Contas a receber	1.641	282	20.278	15.906
Adiantamentos	-	-	807	740
Estoques	-	-	1.903	1.903
Tributos a recuperar	-	-	690	670
Outros ativos	1.231	711	626	104
	2.874	999	24.311	19.337
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Ativos financeiros	292	-	292	-
Partes relacionadas atlp	20.759	28.575	19.613	27.193
Tributos diferidos atlp	-	4.766	-	4.766
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	88	-	85	104
Intangível	11.720	11.720	11.765	11.744
Direito de uso	12.751	13.271	12.751	13.271
	45.522	58.332	44.506	57.078
Total do ativo	48.396	59.331	68.817	76.415

	Controladora (Não auditado) 2025	2024	Consolidado (Não auditado) 2025	2024
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	899	1.012	12.671	10.555
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas CP	-	-	890	678
Obrigações tributárias CP	-	26	667	689
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	128	-
Passivo de arrendamento CP	8.253	6.453	8.253	6.453
Partes relacionadas PCP	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	131	131
Contas a pagar investimentos CP	-	1.578	-	1.578
Outras contas a pagar CP	-	-	32	38
	9.152	9.069	22.772	20.122
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Passivo financeiro	303	-	303	-
Partes relacionadas PLP	34.064	30.091	75.428	71.913
Provisão para demandas judiciais	178	162	178	162
Tributos diferidos	-	5.790	-	5.790
Obrigações trabalhistas	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	133	469
Passivo de arrendamento	5.810	8.135	5.810	8.135
Contas a pagar investimentos LP	1.703	1.703	1.703	1.703
Passivo a descoberto	34.696	36.260	-	-
	76.754	82.141	83.555	88.172
Patrimônio líquido				
Capital social	56.591	56.591	56.591	56.591
Reserva Legal	-	-	-	-
Reserva de lucros (Prejuízo acumulado)	(82.304)	(76.337)	(82.304)	(76.337)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	(25.713)	(19.746)	(25.713)	(19.746)
Participação de não controladores	-	-	(11.797)	(12.131)
Total do patrimônio líquido	(37.510)	(31.879)	(37.510)	(31.879)
Total do passivo e do patrimônio líquido	48.396	59.331	68.817	76.415

Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado) 2025	2024	Consolidado (Não auditado) 2025	2024
Fluxo das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	(5.967)	(16.814)	(5.620)	(17.447)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	6.712	5.577	6.737	5.627
Baixas - ativo imobilizado e intangível	21	24	21	114
Clientes a faturar	-	-	(239)	51
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	23	(301)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	16	162	16	162
Juros sobre parcelamentos	-	-	96	164
Juros sobre passivo de arrendamento	888	902	888	902
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	219	33
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	4.740
Resultado de equivalência patrimonial	(1.217)	3.891	-	-
	453	(6.258)	2.141	(5.955)
(Aumento) diminuição de ativos				
Contas a receber de clientes	(1.359)	1	(4.156)	(834)
Adiantamentos	-	-	(67)	255
Outros créditos	(520)	159	(522)	11
Estoques	-	-	-	(41)
Ativos fiscais	-	-	(20)	69
Ativos financeiros	(292)	5.716	(292)	5.716
IRPJ e CSLL compensados	-	-	(59)	(33)
Fornecedores	(113)	(679)	2.116	1.168
Obrigações trabalhistas	-	-	212	96
Obrigações tributárias	(1.050)	29	(999)	257
Outras contas a pagar	-	-	(6)	19
Passivo financeiro	302	(5.779)	302	(5.779)
Contas a pagar investimentos	(1.578)	(501)	(1.578)	(501)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(4.610)	(1.054)	(5.069)	403
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Variação de opção de compra e venda	(11)	62	(11)	62
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	-	(90)
Aquisição de ativo de direito de uso	(6.212)	(2.118)	(6.212)	(2.118)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(27)	(1)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(6.223)	(2.056)	(6.251)	(2.147)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	6.141	2.118	6.141	2.118
Captação de parcelamentos	-	-	39	204
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.624)	(5.519)	(6.624)	(5.519)
Pagamento de parcelamentos	-	(3)	(422)	(1.051)
Juros pagos de empréstimos	(930)	(787)	(930)	(787)
Juros pagos de parcelamentos	-	-	(96)	(164)
Partes relacionadas	11.789	13.552	11.095	12.724
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(32)	(115)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	10.376	9.361	9.171	7.410
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4)	(7)	(7)	(289)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	13	14	303
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2	6	7	14
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(4)	(7)	(7)	(289)

Demonstração do Resultado - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado) 2025	2024	Consolidado (Não auditado) 2025	2024
Receita operacional, líquida	-	-	13.506	10.288
Custo dos serviços prestados	-	-	(10.128)	(8.136)
Lucro bruto	-	-	3.378	2.152
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(8.854)	(9.981)	(10.294)	(11.329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.049	10	3.081	(305)
Resultado de equivalência patrimonial	1.216	(3.891)	-	-
	(4.589)	(13.862)	(7.213)	(11.634)
(Prejuízo)/lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	(4.589)	(13.862)	(3.835)	(9.451)
Receitas financeiras	-	-	22	24
Despesas financeiras	(1.379)	(2.952)	(1.589)	(3.248)
Resultado financeiro	(1.378)	(2.952)	(1.567)	(3.224)
(Prejuízo)/lucro antes do IR e CS	(5.967)	(16.814)	(5.402)	(12.675)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	-	(218)	(33)
Diferidos	-	-	-	(4.740)
	-	-	(218)	(4.773)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(5.967)	(16.814)	(5.620)	(17.448)
Atribuído a:				
Participações de acionistas controladores	(5.967)	(16.814)	(5.967)	(16.814)
Participações de acionistas não controladores	-	-	347	(633)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(5.967)	(16.814)	(5.620)	(17.447)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado) 2025	2024	Consolidado (Não auditado) 2025	2024
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(5.967)	(16.814)	(5.620)	(17.448)
Resultado abrangente total	(5.967)	(16.814)	(5.620)	(17.448)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56.591	-	(59.523)	-	(2.932)	(11.562)	(14.494)
Transações com acionistas						62	62
Lucro líquido do exercício	-	-	(16.814)	(16.814)	(633)	(17.447)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(16.814)	16.814	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.591	-	(76.337)	-	(19.746)	(12.133)	(31.879)
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Lucro líquido do exercício	-	-	(5.967)	(5.967)	347	(5.620)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(5.967)	5.967	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	56.591	-	(82.304)	-	(25.713)	(11.797)	(37.510)

Diretoria

José Calazans da Rocha Presidente - CPF: 098.***.**6-04 **Maraisa Paes Martins** Contadora - CRC: 1SP 157.782-O/O

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

HRDevelopers Consultoria S.A.

CNPJ nº 04.552.132/0001-87

Balanços patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado) 2025	2024		Controladora (Não auditado) 2025	2024
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2	3	Fornecedores	1.913	2.135
Contas a receber	15.792	14.657	Obrigações trabalhistas	15	7
Adiantamentos	4	2	Obrigações tributárias	21	36
Tributos a recuperar	139	200	Imposto de renda e contribuição social a pagar	53	–
	15.937	14.862	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	753	753
				2.755	2.931
			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas	29.081	28.397
Partes relacionadas	3.071	2.978	Provisão para demandas judiciais	–	–
Tributos diferidos	–	–	Obrigações trabalhistas	–	–
Intangível	30	3	Obrigações tributárias	4	13
	3.101	2.981		29.085	28.410
			Patrimônio líquido		
			Capital social	2	2
			Reserva de lucros	(12.804)	(13.500)
			Total do patrimônio líquido	(12.802)	(13.498)
Total do ativo	19.038	17.843	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	19.038	17.843

Demonstração do Resultado - 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado) 2025	2024
Receita operacional, líquida	1.291	2.267
Custo dos serviços prestados	(418)	(1.159)
Lucro bruto	873	1.108
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(71)	(37)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3)	(52)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–
	(74)	(89)
(Prejuízo) / lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	799	1.019
Receitas financeiras	18	5
Despesas financeiras	(25)	(71)
Resultado financeiro	(7)	(66)
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e contribuição social	792	953
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(96)	(34)
Diferidos	–	(3.863)
	(96)	(3.897)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	696	(2.944)
Atribuído a:		
Participações de acionistas controladores	696	(2.944)
Participações de acionistas não controladores	–	–
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	696	(2.944)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais mil)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31de dezembro de 2023	2	–	(10.558)	–	(10.554)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	(2.944)	(2.944)
Destinação do lucro:					
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–
Reserva de Lucros	–	–	(2.944)	2.944	–
Saldo em 31de dezembro de 2024	2	–	(13.502)	–	(13.498)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	696	696
Destinação do lucro:					
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–
Reserva de Lucros	–	–	696	(696)	–
Saldo em 31de dezembro de 2025	2	–	(12.806)	–	(12.802)

Demonstrações do fluxos de caixa - 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais mil)

	Controladora 2025	2024
Fluxo das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	696	(2.944)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	–	12
Baixas - ativo imobilizado e intangível	–	–
Clientes a faturar	(28)	(279)
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	30	(64)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	–	–
Juros sobre parcelamentos	(1)	23
Imposto de renda e contribuição social corrente	96	(33)
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	3.863
Resultado de equivalência patrimonial	–	–
	793	578
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber de clientes	(1.137)	(292)
Adiantamentos	(2)	40
Ativos fiscais	61	(7)
IRPJ e CSLL compensados	(12)	–
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(222)	(91)
Obrigações trabalhistas	8	(28)
Obrigações tributárias	3	(2)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	(151)
Conta de investimentos a pagar	–	–
Caixa líquido originado das atividades operacionais	(508)	47
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(27)	–
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(27)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de parcelamentos	–	32
Pagamento de parcelamentos	(26)	(5)
Juros pagos de parcelamentos	–	(28)
Partes relacionadas	591	(125)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31)	(22)
Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamentos	534	(143)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1)	(96)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	99
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	3
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1)	(96)

Diretoria

Kleuber Pereira Batista - Representante - CPF: 579.***.**-72 **Maraisa Paes Martins** - Contadora - CRC: 1SP157.782-O/O

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 11.721.921/0001-60

RETIFICAÇÃO

Nas demonstrações financeiras findas em 31/12/2025, publicadas neste jornal na edição de 31/03/2026, nas páginas 11 e 12 da versão impressa, na assinatura do Relatório da Administração, onde se lê: "São Paulo, 31 de março de 2025", leia-se:"São Paulo, 31 de março de 2026".

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, São Paulo, 31 de março de 2026. ***A Diretoria***. (01, 02 e 03/04/2026)

AV-3 MORUMBI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

CNPJ/MF nº 08.074.306/0001-02 – NIRE 35.220.668.263

Ata de Resolução de Única Sócia

Data, Hora e Local: 23/03/2026, às 10h, na sede social, em São Paulo/SP. **Presença:** Sócia representando 100% do capital social: AVANTE ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ/MF 60.057.527/0001-84). **Mesa:** Pedro Thiago Guizzo – Presidente; João Joaquim Domingos Lencioni – Secretário. **Deliberações:** A única sócia aprovou, sem ressalvas: **(i) Redução do Capital Social:** Redução do capital de **R$ 42.643.973,00** para **R$ 1.754.843,00**, por considerá-lo excessivo (Art. 1.082, Lei 10.406/02), mediante o cancelamento de 40.889.130 quotas de R$ 1,00 cada. **(ii) Restituição:** O valor será restituído à sócia em: R$ 11.027.470,15 em moeda corrente; R$ 27.661.659,85 em créditos contra Avante Administrações e Participações S.A.; e R$ 2.200.000,00 em créditos contra terceiros. Observado o prazo legal para oposição de credores (Art. 1.084, §1º, CC), a ata será levada a registro na JUCESP. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 23/03/2026. **Mesa:** Pedro Thiago Guizzo - Presidente; João Joaquim Domingos Lencioni - Secretário. **Sócia:** Avante Administrações e Participações S.A. Por Nathanael Cavalcante Correia - Sócia.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. Processo Nº 1026111-29.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Adler Batista Oliveira Nobre, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) MSK OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ 23206780000126, que lhe foi proposto um pedido de Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte por parte de Rogério de Andrade, alegando em síntese que o autor é credor da Ré na quantia de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), representado pelo Distrato de Contrato de Prestação de Serviços e Confissão de Dívida, que teve a 2ª parcela vencida e sem pagamento no 25.02.2022. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 20 (vinte) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2026. K-01/04

Banco Bradescard S.A.

CNPJ nº04.184.779/0001-01 – NIRE 35.300.182.359

Ata da Reunião da Diretoria

Data, Hora, Local: Em 15.12.2025, às 15h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e por videoconferência. ***Mesa:*** Presidente: José Ramos Rocha Neto; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Deliberação:*** Registrado o pedido de renúncia formulado pelo senhor ***Oswaldo Tadeu Fernandes***, ao cargo de Diretor da Sociedade, em carta desta data (15.12.2025), cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. ***Encerramento:*** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica, registrando-se as ausências dos senhores Danilo Luis Damasceno e Vinícius Panaro, ambos em férias. aa) José Ramos Rocha Neto, Afonso Correa Taciro Junior, André David Marques, Antonio Campanha Junior e Marcos Daniel Boll. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior - *Secretário*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 96.071/26-6, em 19.3.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE ESPORTES SUBAQUÁTICOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO

Os abaixo-assinados, praticantes, técnicos, árbitros e demais interessados na estruturação e regulamentação das atividades esportivas subaquáticas, convocam todos os interessados para participarem da Assembleia Geral de Fundação da Federação Paulista de Esportes Subaquáticos, a realizar-se no dia 02 de abril de 2026, às 14h30, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos convocados, e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes, por meio virtual, através da plataforma Zoom, com a seguinte ordem do dia:

1. Deliberação sobre a fundação da entidade;
2. Discussão e aprovação do Estatuto Social;
3. Eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
4. Definição das diretrizes iniciais de atuação institucional;
5. Deliberação sobre demais assuntos pertinentes.

A entidade será constituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza desportiva, com o objetivo de promover, desenvolver, regulamentar e fomentar as atividades esportivas subaquáticas, em conformidade com a legislação vigente.

São Paulo/SP, 30 de março de 2026

RAFAEL DELASCIO BUFARAH

Presidente

Soebe Construção e Pavimentação S.A.

CNPJ 43.677.822/0001-14 – NIRE 35.300.471.270

Ata de Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 12 de Março de 2026

Data, horário e local: 12/03/2026, às 10h00min, na sede da Companhia, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 4.777, 6º andar, conjunto 62, Jardim Universidade Pinheiros, CEP 05477-903, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Composição da mesa:** Presidente: **Michel Matilde de Novaes**; Secretário: **Emil Beyruti**. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse à leitura da ordem do dia. Dando início às deliberações, com relação ao **item (i)** da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a alteração no objeto social, para a inclusão das atividades de reciclagem de fresa asfáltica, de geração de energia elétrica e de paisagismo, com a consequente alteração do Artigo 3º, do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto: (a) o comércio atacadista ou varejista de materiais de construção inclusive de produtos asfálticos e betuminosos; (b) engenharia civil na prestação de serviços de projetos, planejamentos e construções em geral por empreitada, administração ou fiscalização sempre por conta de terceiros; (c) serviços comuns de engenharia civil; (d) limpeza e desobstrução de córregos e canais de todos os tipos em geral; (e) pavimentação, terraplenagem e demais serviços de engenharia civil, participando, inclusive, de carta-convite, licitações, atas de registro de preços, concorrências públicas e leilões junto a quaisquer entidades particulares, de economia mista, pública, autarquias ou governamentais; (f) coleta de lixo e limpeza pública; (g) transbordo de materiais de qualquer natureza; (h) locação de Acessórios de máquinas e equipamentos de terraplanagem e de pavimentação e veículos automotores; (i) transporte viário e rodoviário de cargas de produção própria e/ou de terceiros; (j) reciclagem de fresa asfáltica e de materiais de qualquer natureza, inertes, não inertes da construção civil em geral e de todos os tipos; (k) manutenção e montagens industriais; (l) implantação de gasoduto, oleoduto e demais dutos; (m) levantamento topográfico, batimétrico, aerofotográfico por imagens de satélite; (n) geração de energia elétrica; (o) atividades correlatas à geração de energia, gasoduto, oleoduto, manutenção em geral; (p) serviços de engenharia e assessoramento técnico especializado; (q) a execução, por empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil de todos os gêneros; (r) atividades de paisagismo; e (s) a participação em consórcios ou sociedades em conta de participação que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas acima. Por fim, quanto ao **item (ii)** da ordem do dia, considerando a aprovação contida no item (i) acima, os acionistas decidiram, também por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia**Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Acionistas: EPAH - EMPRESA PAULISTA DE ASFALTO LTDA., representada por Emil Beyruti e Michel Matilde de Novaes; EMABE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., representada por Emil Beyruti; MMN PARTICIPAÇÕES LTDA, representada por Michel Matilde de Novaes; e ESX PARTICIPAÇÕES LTDA., representada por Emanuel Fagner dos Santos Silva. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio". Mesa: **MICHEL MATILDE DE NOVAES** - Presidente. **EMIL BEYRUTI** - Secretário. Acionistas: **EPAH - EMPRESA PAULISTA DE ASFALTO LTDA**, p. Emil Beyruti e Michel Matilde de Novaes, **EMABE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, p. Emil Beyruti, **MMN PARTICIPAÇÕES LTDA**, p. Michel

Cast Participações III S.A.

CNPJ/ 48.818.838/0001-13

Balanços patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	898	7.763
Contas a receber	-	-	24.719	21.757
Adiantamentos	-	-	1.351	1.409
Tributos a recuperar	-	-	1.257	1.325
Outros ativos	1.934	2.788	772	866
	1.936	**2.790**	**28.997**	**33.120**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Ativos financeiros	5.515	2.128	5.515	2.128
Partes relacionadas	58.630	38.824	85.602	48.298
Tributos diferidos	-	-	17.615	18.691
Investimentos	30.698	25.689	-	-
Imobilizado	-	-	341	169
Intangível	22.310	22.310	40.762	36.126
Direito de uso	-	-	84	698
	117.153	**88.951**	**149.919**	**106.110**
Total do ativo	**119.089**	**91.741**	**178.916**	**139.230**

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
Passivo	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Fornecedores	4.147	3.777	109.388	88.723
Obrigações trabalhistas	-	-	5.564	5.584
Obrigações tributárias	-	-	5.403	5.488
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	1.247	-
Passivo de arrendamento	-	-	58	577
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	779	781	1.514	2.187
Contas a pagar investimentos	14.381	13.938	14.381	13.938
Outras contas a pagar	-	-	1.154	538
	19.307	**18.496**	**139.266**	**117.035**
Não circulante				
Passivo financeiro	5.915	2.283	5.916	2.283
Partes relacionadas	89.357	71.329	23.792	13.454
Provisão para demandas judiciais	-	-	2.043	2.043
Obrigações tributárias	-	-	3.389	4.682
Passivo de arrendamento	-	-	-	99
	95.272	**73.612**	**35.140**	**22.561**
Patrimônio líquido				
Reserva de lucros (Prejuízo acumulado)	(5.187)	(8.106)	(5.187)	(8.106)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	**(5.187)**	**(8.106)**	**(5.187)**	**(8.106)**
Participação de não controladores	9.697	7.739	9.697	7.739
Total do patrimônio líquido	**4.510**	**(367)**	**4.510**	**(367)**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**119.089**	**91.741**	**178.916**	**139.229**

Demonstração do Resultado - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional, líquida	-	-	105.997	107.266
Custo dos serviços prestados	-	-	(76.325)	(87.921)
Lucro bruto	**-**	**-**	**29.672**	**19.345**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(9)	(7)	(18.341)	(19.484)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	211	1.332	(375)
Resultado de equivalência patrimonial	3.740	2.920	-	-
	3.731	**3.124**	**(17.009)**	**(19.859)**
(Prejuízo)/lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	**3.731**	**3.124**	**12.663**	**(514)**
Receitas financeiras	-	-	194	272
Despesas financeiras	(812)	-	(3.263)	(2.230)
Resultado financeiro	**(812)**	**-**	**(3.069)**	**(1.958)**
(Prejuízo)/lucro antes do IR e CS	**2.919**	**3.124**	**9.594**	**(2.472)**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	-	(2.662)	(1.000)
Diferidos	-	-	(1.075)	8.889
	-	**-**	**(3.737)**	**7.889**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**2.919**	**3.124**	**5.857**	**5.417**
Atribuído a:				
Participações de acionistas controladores	2.919	3.124	2.919	3.125
Participações de acionistas não controladores	-	-	2.938	2.292
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**2.919**	**3.124**	**5.857**	**5.417**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	2.919	3.124	5.857	5.417
Resultado abrangente total	**2.919**	**3.124**	**5.857**	**5.417**

Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
Fluxo das atividades operacionais	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**2.919**	**3.124**	**5.857**	**5.417**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	3.507	1.146
Baixas - ativo imobilizado e intangível	-	-	519	(1)
Clientes a faturar	-	-	(2.443)	(763)
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	3.250	-
Provisão (reversão) para demandas judiciais	-	-	-	172
Juros sobre parcelamentos	-	-	1.275	948
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	72
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	25	51
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	2.662	1.000
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	1.075	(8.889)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.740)	(2.920)	-	-
	(821)	**204**	**15.727**	**(847)**
(Aumento) diminuição de ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.769)	1.600
Adiantamentos	-	-	58	254
Outros créditos	854	(943)	95	(768)
Ativos fiscais	-	-	68	1.453
Ativos financeiros	(3.387)	5.489	(3.387)	5.489
IRPJ e CSLL compensados	-	-	(1.341)	(999)
(Aumento) diminuição de passivos				
Fornecedores	370	(1)	20.666	38.973
Obrigações trabalhistas	-	-	(20)	143
Obrigações tributárias	-	-	198	376
Outras contas a pagar	-	-	1.173	(6.014)
Passivo financeiro	3.632	(5.887)	3.633	(5.887)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(2)	715	(673)	1.155
Contas a pagar investimentos	443	-	443	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**1.910**	**(627)**	**17.144**	**35.775**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Variação de opção de compra e venda	(246)	399	(246)	399
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(227)	(110)
Aquisição de ativo de direito de uso	-	-	(334)	(26)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(7.659)	(3.919)
Dividendos a receber	(935)	(730)	-	-
Participações de Acionistas não Controladores	2.604	2.030	-	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	**1.423**	**1.702**	**(8.466)**	**(3.656)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	334	26
Captação de parcelamentos	-	-	2.578	4.886
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(349)	(1.165)
Pagamento de parcelamentos	-	-	(4.154)	(12.630)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(46)	(391)
Juros pagos de parcelamentos	-	-	(1.275)	(948)
Baixas de ativo de direito de uso	-	-	(582)	-
Partes relacionadas	(1.778)	75	(26.968)	(12.014)
Dividendos pagos/distribuídos	(734)	(1.352)	(734)	(1.352)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(74)	(858)
Caixa líq. gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**(2.512)**	**(1.277)**	**(31.270)**	**(24.444)**
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**2**	**(6.865)**	**6.828**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2	-	7.763	935
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2	2	898	7.763
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**-**	**2**	**(6.865)**	**6.828**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção	Lucros acumulados	Total	Não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**-**	**(10.450)**	**-**	**(10.450)**	**5.620**	**(4.830)**
Transações com acionistas					-	399	399
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.124	3.124	2.292	5.416
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(780)	-	(780)	(572)	(1.352)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	3.124	(3.124)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**(8.106)**	**-**	**(8.106)**	**7.739**	**(367)**
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	(246)	(246)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.919	2.919	2.938	5.857
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(734)	(734)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	2.919	(2.919)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**-**	**(5.187)**	**-**	**(5.187)**	**9.697**	**4.510**

Diretoria

José Calazans da Rocha - Presidente - CPF: 098.***.**6-04
Maraisa Paes Martins - Contadora - CRC: 1SP157.782-O/O

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

Cast Participações II S.A.

CNPJ/ 48.818.796/0001-10

Balanços patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	4	1.173	516
Contas a receber	-	-	56.214	36.881
Adiantamentos	-	-	208	262
Tributos a recuperar	-	-	746	1.076
Outros ativos	2.101	2.415	174	63
	2.102	**2.419**	**58.515**	**38.798**
Não circulante				
Ativos financeiros	5.948	3.432	5.948	3.432
Partes relacionadas	32.815	30.469	8.430	6.815
Tributos diferidos	-	-	2.970	3.235
Investimentos	8.296	6.870	-	-
Imobilizado	-	-	41	48
Intangível	5.132	5.132	6.804	6.243
	52.191	**45.903**	**24.193**	**21.573**
Total do ativo	**54.293**	**48.322**	**82.708**	**60.371**

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
Passivo	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Fornecedores	290	-	34.081	37.694
Obrigações trabalhistas	-	-	150	245
Obrigações tributárias	-	-	1.623	1.083
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	160	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	405	615
Contas a pagar investimentos	-	-	106	-
Outras contas a pagar	-	-	1.645	130
	290	**-**	**38.064**	**39.873**
Não circulante				
Passivo financeiro	6.305	3.638	6.305	3.638
Partes relacionadas	47.702	45.947	60.031	50.681
Obrigações tributárias	-	-	965	1.473
Passivo a descoberto	22.653	34.230	-	-
	76.660	**83.815**	**67.301**	**55.992**
Patrimônio líquido				
Capital social	100	100	100	100
Reserva de lucros	(26.098)	(38.515)	(26.098)	(38.516)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	**(25.998)**	**(38.415)**	**(25.998)**	**(38.416)**
Participação de não controladores	3.341	2.922	3.341	2.922
Total do patrimônio líquido	**(22.657)**	**(35.493)**	**(22.657)**	**(35.494)**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**54.293**	**48.322**	**82.708**	**60.371**

Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de Dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
Fluxo das atividades operacionais	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**12.418**	**(13.390)**	**13.181**	**(11.796)**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	46	9
Provisão para aquisição Part. Não Controladores	-	494	-	495
Juros parcelamento	-	-	154	308
Juros sobre empréstimos	-	-	-	(379)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	1.070	(383)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	264	13.385
Resultado de equivalência patrimonial	(12.717)	13.384	-	-
	(299)	**488**	**14.715**	**1.639**
(Aumento) diminuição de ativos				
Contas a receber de clientes	-	(21.733)	(19.333)	(18.310)
Adiantamento a fornecedores	-	-	54	652
Outros créditos	314	-	(111)	10
Ativo fiscal	-	-	330	(32)
Ativos financeiros	(2.516)	(235)	(2.516)	(235)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(311)	-
IRPJ e CSLL compensados	-	-	(599)	-
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	290	20.941	(3.613)	19.966
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	681	(289)
Outras contas a pagar	-	-	1.409	(50)
Passivo financeiro	2.667	249	2.667	249
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(210)	262
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**456**	**(289)**	**(6.837)**	**3.861**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Participações de Acionistas não Controladores	418	(509)	(343)	(1.594)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(600)	(136)
Caixa líquido gerado(utilizado)nas atividades de investimento	**418**	**(509)**	**(943)**	**(1.730)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de parcelamento	-	-	11	576
Juros pagos	-	-	(154)	(309)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(755)	(1.954)
Partes relacionadas - Empréstimos	(591)	-	9.335	-
Dividendos a receber/recebidos	(286)	802	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-
Caixa líq. gerado(utilizado)nas atividades de financiamento	**(877)**	**802**	**8.437**	**(1.687)**
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equiv. de caixa	**(3)**	**4**	**657**	**444**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	-	516	72
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1	4	1.173	516
Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equiv. de caixa	**(3)**	**4**	**657**	**444**

Demonstração do Resultado - 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional, líquida	-	-	66.771	35.276
Custo dos serviços prestados	-	-	(43.570)	(27.605)
Lucro bruto	**-**	**-**	**23.201**	**7.671**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(9)	(6)	(9.271)	(3.916)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	1.141	(1.237)
Resultado de equivalência patrimonial	12.717	(13.384)	-	-
	12.708	**(13.390)**	**(8.130)**	**(5.153)**
(Prejuízo)/lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	**12.708**	**(13.390)**	**15.071**	**2.518**
Receitas financeiras	-	-	249	106
Despesas financeiras	(290)	-	(805)	(890)
Resultado financeiro	**(290)**	**-**	**(556)**	**(784)**
(Prejuízo)/lucro antes do IR e CS	**12.418**	**(13.390)**	**14.515**	**1.734**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	-	(1.070)	(145)
Diferidos	-	-	(264)	(13.385)
	-	**-**	**(1.334)**	**(13.530)**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**12.418**	**(13.390)**	**13.181**	**(11.796)**
Atribuído a:				
Participações de acionistas controladores	12.418	(13.390)	12.418	(13.390)
Participações de acionistas não controladores	-	-	763	1.594
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	**12.418**	**(13.390)**	**13.181**	**(11.796)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	12.418	(13.390)	13.181	(11.796)
Resultado abrangente total	**12.418**	**(13.390)**	**13.181**	**(11.796)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Não controladores	Total
Subscrição e integralização de capital - AGE	100	-	-	-	100	-	100
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	(915)	(915)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(2.719)	(2.719)	915	(1.804)
Efeitos de reorganização societária	-	-	(22.405)	-	(22.405)	2.427	(19.978)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(2.719)	2.719	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**100**	**-**	**(25.124)**	**-**	**(25.024)**	**2.427**	**(22.597)**
Transações com acionistas	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Variação nas opções de compra e venda nas participações em investimentos	-	-	-	-	-	(14)	(14)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(13.390)	(13.390)	1.594	(11.796)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(399)	(399)
Dividendos extraordinários propostos	-	-	-	-	-	(686)	(686)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(13.390)	13.390	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**100**	**-**	**(38.516)**	**-**	**(38.416)**	**2.922**	**(35.494)**
Variação nas opções de compra e venda nas participações em investimentos	-	-	-	-	-	(154)	(154)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.418	12.418	763	13.181
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	19	-	19	(190)	(171)
Dividendos extraordinários propostos	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	12.399	(12.418)	(19)	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**100**	**-**	**(26.098)**	**-**	**(25.998)**	**3.341**	**(22.657)**

Diretoria

José Calazans da Rocha - Presidente - CPF: 098.***.**6-04 **Maraisa Paes Martins** - Contadora - CRC: 1SP157.782-O/O

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

AVISO

Tramita perante a 35ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP a ação de reintegração de posse nº **1064272-21.2016.8.26.0100**, proposta por Reynaldo Battaglia Nogueira, tendo por objeto o imóvel situado na Av. Dom Pedro I, nº 1.028, Ipiranga, São Paulo/SP, CEP 01552-000. A presente publicação tem por finalidade dar ciência aos ocupantes, moradores e eventuais interessados acerca da existência da demanda, que trata de alegada ocupação irregular do imóvel e poderá resultar em ordem judicial de desocupação. Os interessados poderão buscar orientação jurídica junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo ou constituir advogado para acompanhamento do feito. Publicação realizada para fins do art. 554, §3º, do CPC.

SILASTEC COMPANY LTDA

CNPJ nº 40.051.163/0001-18 - NIRE nº 35.236.646.868

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS

Os sócios da SILASTEC COMPANY LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Rua João Anes, 122, sala 04, Alto da Lapa, São Paulo – SP, CEP 05.060-020, inscrita no CNPJ sob o nº 40.051.163/0001-18 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.236.646.868, ficam convocados, nos termos do art. 1.072, caput, e art. 1.152, § 3º, do Código Civil, a se reunir em Assembleia Geral de Sócios, a realizar-se em formato digital, por meio da plataforma Google Meet, conforme autorizado pelo art. 1.080-A e seu parágrafo único do Código Civil, na seguinte data: **DIA 15 DE ABRIL DE 2026, ÀS 14H00**. Plataforma: Google Meet - Link: https://meet.google.com/jbx-sdvi-qsu? **ORDEM DO DIA:** Deliberação sobre alteração na administração da sociedade e na representação legal perante a Receita Federal do Brasil, com as respectivas modificações no contrato social, nos termos dos arts. 1.071, incisos III e V, e 1.076, inciso II, do Código Civil. Esta convocação é realizada em conformidade com o disposto Código Civil (Lei nº 10.406/2002). O presente Edital será publicado por 1 (uma) vez no Diário Oficial do Estado de São Paulo e 2 (duas) no Jornal O Dia SP, sendo a primeira publicação a ser realizada em 01 de abril de 2026, respeitando-se o prazo mínimo de oito dias entre a data da primeira inserção e a data da realização da assembleia, na forma do art. 1.152, §3º, do Código Civil. São Paulo, 31 de março de 2026. **SILAS ROCHA COSTA** – Sócio-administrador - SILASTEC COMPANY LTDA.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0040371-63.2024.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(de) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Drª. Caio Mocarzel Rodrigues, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CENTRAL DA PRAÇA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 4255716000197, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por LEONARDO PRIMO PAIVA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º IV do CPC, fica determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que,"no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 502.738,54(nov/24), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extenso, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de fevereiro de 2026. 01.02

CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ nº 14.898.814/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do **Citrino Empreendimento e Participação S/A**, inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 8º, do Estatuto Social e parágrafo único do artigo 124 da Lei 6.404/76, a qual será realizada em **29 de abril de 2026, quarta feira, às 14:30h através de videoconferência** (link e dados para acesso abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Aprovação de Contas Exercício 2025; (II) Previsão de Resultados 2026; (III) Melhorias Operacionais; (IV) Plano Estratégico; (V) Comercialização; (VI) Alteração do Estatuto Social; e (VII) Outros Assuntos de Interesse. As demonstrações financeiras encontram-se desde já disponíveis na sede da Companhia. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso à videoconferência - Zoom: https://us02web.zoom.us/j/89227813671?pwd=FcZQ7D6XuG40rK1nQOid2PCopye7fj.1 ID da reunião: 892 2781 3671. Senha: 838922. A Administração.

SMA Holding de Participações Ltda

CNPJ nº 62.316.053/0001-73 - NIRE nº 35267731069

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os srs. sócios da **SMA Holding de Participações Ltda**, CNPJ/MF 62.316.053/0001-73 ("Sociedade"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada às 19h30 do dia 09 de abril de 2026, em 1ª convocação, e às 20h00 do mesmo dia, em 2º convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital. **Endereço digital:** A Assembleia será realizada via plataforma Teams conforme link a seguir indicado, que também será enviado aos e-mails dos sócios conforme endereço eletrônico cadastrado: https://teams.microsoft.com/meet/224112472440502?p=3ZB4IEUIIJ3jT3wl& - ID da Reunião: 224 112 472 440 50 - Senha: aW3HY3ug. **Ordem do Dia: I – Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** a) Deliberar sobre a aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Sociedade para o próximo mandato, nos termos previstos no Contrato Social. **II – Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** a) Deliberar sobre a retirada de sócios e a admissão de novos sócios na Sociedade, mediante as correspondentes cessões e transferências de quotas; b) Tomar ciência e deliberar sobre o reconhecimento e anuência ao Acordo de Sócios celebrado entre os sócios da Sociedade, o qual disciplina matérias relativas à governança, transferência de quotas, exercício de direitos societários e demais relações entre os sócios, obrigando os seus signatários e devendo ser observado pela Sociedade e por seus administradores na condução dos assuntos sociais; c) Deliberar sobre a aprovação da respectiva alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir as modificações no quadro societário e incluir cláusula de reconhecimento da existência de acordo de sócios.

São Paulo, 30.03.2026. **Dr. Fernando David Goehler - Administrador**

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

EDITAL ÚNICO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 10ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 7 (SETE) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSÃO" E EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados, por meio deste Edital único, conforme art. 26, § 1º-A da Resolução CVM 60, os Srs. Debenturistas da 10ª Emissão, Em 7 Séries, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente, nos termos da "16ª (Décima Sexta) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária, Em 7 (Sete) Séries, Com Instituição De Patrimônio Separado, Para Distribuição Pública Sob O Rito De Registro Automático De Distribuição, Da Travessia Securitizadora De Créditos Financeiros S.A." ("Escritura De Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se em primeira convocação no dia 22 de abril de 2026, às 15:15hs, e, em caso de não instalação da Assembleia, devido insuficiência de quórum, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 15:15hs, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (II) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, com antecedência de 2 (dois) dias da realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade do representante legal; ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada do documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e iii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada do documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 31 de março de 2026. **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXIX S.A** - Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Sum Reseller S.A.

CNPJ 11.372.452/0001-10

Balanços patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.150	389	Fornecedores	11.699	15.538
Contas a receber	54.753	37.563	Obrigações trabalhistas	28	20
Adiantamentos	164	227	Obrigações tributárias	1.321	608
Tributos a recuperar	686	495	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	215	215
Outros ativos	126	23	Contras a Pagar Investimento	-	106
	56.879	38.697	Outras Contas a Pagar	1.562	53
				14.825	16.540
Não circulante			**Não circulante**		
Partes relacionadas	431	-	Partes relacionadas	66.231	56.557
Intangível	1.640	1.071	Obrigações tributárias	546	901
				66.777	57.458
			Patrimônio líquido		
	2.071	1.071	Capital social	100	100
			Reserva legal	20	20
			Reserva de lucros	(22.772)	(34.350)
			Total do patrimônio líquido	(22.652)	(34.230)
Total do ativo	58.950	39.768	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	58.950	39.768

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais mil)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31de dezembro de 2023	100	20	(18.573)	-	(18.453)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(15.777)	(15.777)
Destinação do lucro:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	(15.777)	15.777	-
Saldo em 31de dezembro de 2024	100	20	(34.350)	-	(34.230)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício				11.578	11.578
Destinação do lucro:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	11.578	(11.578)	-
Saldo em 31de dezembro de 2025	100	20	(22.772)	-	(22.652)

Demonstrações do Resultado - 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Controladora (Não auditado)	
	2025	2024
Receita operacional, líquida	57.665	19.146
Custo dos serviços prestados	(39.479)	(17.749)
Lucro bruto	18.186	1.399
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(7.104)	(1.782)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.138	(972)
	(5.966)	(2.754)
(Prejuízo)/lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	12.220	(1.355)
Receitas financeiras	157	32
Despesas financeiras	(314)	(601)
Resultado financeiro	(157)	(569)
(Prejuízo)/lucro antes do IR e CS	12.063	(1.924)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(485)	
Diferidos	-	(13.853)
	(485)	(13.853)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	11.578	(15.777)
Atribuído a:		
Participações de acionistas controladores	11.578	(15.777)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	11.578	(15.777)

Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais mil)

	Controladora (Não auditado)	
	2025	2024
Fluxo das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.578	(15.777)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	335	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	13.852
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
	11.913	(1.925)
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber de clientes	(17.525)	(20.463)
Adiantamentos	64	284
Outros créditos	(103)	(21)
Ativos fiscais	(191)	(131)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(3.840)	(455)
Obrigações trabalhistas e tributárias	366	629
Outras contas a pagar	1.403	(47)
Passivo financeiro	-	-
Juros pagos	-	(209)
Imposto de renda e contribuição social pagar	-	(383)
Caixa líq. originado das ativ. operacionais	(7.913)	(22.721)
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(569)	(131)
Caixa líq. aplicado em ativ. de investimentos	(569)	(131)
Fluxo de caixa das ativ. de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(1.080)
Partes relacionadas	9.243	24.299
Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamentos	9.243	23.219
Aum. (Red.) líq. em caixa e equiv. de caixa	761	367
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	389	22
Caixa e equivalentes de caixa - final do exercício	1.150	389
Aum. (red.) do saldo de caixa e equiv. de caixa	761	367

Demonstração do Resultado Abrangente - 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais mil)

	Controladora (Não auditado)	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	11.578	(15.777)
Resultado abrangente total	11.578	(15.777)

Diretoria

Kleuber Pereira Batista - Representante - CPF: 579.***-**1-72 **Maraisa Paes Martins** - Contadora - CRC: 1SP157.782-O/0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e fizem à disposição na sede da empresa.

PINHALENSE S/A - MÁQUINAS AGRÍCOLAS

CNPJ N° 54.224.423/0001-14

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			**Circulante**		
Caixas e equivalentes de caixa	33.701.704	27.985.356	Fornecedores	37.587.655	26.906.249
Contas a receber	64.898.695	39.213.866	Empréstimos e financiamentos	13.616.277	36.188.306
Estoques	154.695.807	114.774.695	Salários e encargos sociais	8.149.696	8.693.850
Impostos a recuperar	18.253.509	14.086.525	Obrigações tributárias	3.803.052	1.928.838
Outras contas a receber	9.427.862	6.985.396	Arrendamento a pagar	890.261	-
	280.977.577	203.045.838	Adiantamentos de clientes	139.947.855	50.402.145
Não circulante			Outras contas a pagar	6.161.755	4.955.617
Realizável a longo prazo			**Total do passivo circulante**	210.156.551	129.075.005
Impostos a recuperar	393.482	64.387	**Não circulante**		
Depósitos judiciais	249.814	249.814	Empréstimos e financiamentos	7.814.038	6.182.323
Outras contas a receber	4.033.648	34.326	Arrendamento a pagar	1.969.707	-
Total realizável a longo prazo	4.676.944	348.527	Obrigações tributárias	3.461.319	5.967.990
Direito de uso	2.859.968	-	**Total do passivo não circulante**	13.245.064	12.150.313
Imobilizado	54.309.287	41.576.355	**Total do passivo**	223.401.615	141.225.318
Intangível	262.651	262.651	**Patrimônio Líquido**		
	57.431.906	41.839.006	Capital social	35.000.000	31.000.000
Total do ativo não circulante	62.108.850	42.187.533	Reserva legal	5.198.362	4.376.646
Total do ativo	343.086.427	245.233.371	Ajuste de avaliação patrimonial	5.926.837	6.108.876
			Lucros acumulados	73.559.613	62.522.531
			Total do patrimônio líquido	119.684.812	104.008.053
			Total do passivo e patrimônio líquido	343.086.427	245.233.371

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Ajuste a avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	29.430.620	3.744.721	6.290.915	51.809.521	91.275.777
Aumento de capital	1.569.380	–	–	(1.569.380)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	18.285.559	18.285.559
Constituição de reserva legal	–	631.925	–	(631.925)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(5.647.059)	(5.647.059)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(275.815)	275.815	–
IRPJ e CSLL sobre avaliação patrimonial	–	–	93.776	–	93.776
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.000.000	4.376.646,00	6.108.876	62.522.531	104.008.053
Dividendos pagos	–	–	–	(851.336)	(851.336)
Aumento de capital	4.000.000	–	–	(4.000.000)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	23.493.143	23.493.143
Constituição de reserva legal	–	821.716	–	(821.716)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(7.058.824)	(7.058.824)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(275.815)	275.815	–
IRPJ e CSLL sobre avaliação patrimonial	–	–	93.776	–	93.776
Saldos em 31 de dezembro de 2025	35.000.000	5.198.362,00	5.926.837	73.559.613	119.684.812

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	2025	2024
Receita líquida	356.856.968	299.636.698
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(152.456.367)	(136.333.907)
Lucro bruto	204.400.581	163.302.791
Despesas gerais e administrativas	(179.734.687)	(152.349.581)
Outras receitas operacionais, líquidas	8.968.488	13.920.978
	(170.766.199)	(138.428.603)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	33.634.382	24.874.188
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(1.468.366)	2.051.547
Receitas financeiras	3.569.087	2.242.548
Despesas financeiras	(8.192.187)	(7.064.834)
Resultado financeiro líquido	(6.111.466)	(2.770.739)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	27.522.916	22.103.449
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.029.773)	(3.817.890)
Lucro líquido do exercício	23.493.143	18.285.559

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.493.143	18.285.559
Depreciação do imobilizado	4.200.314	3.297.594
Provisão de juros e variação cambial - empréstimos	6.444.648	4.661.810
Avaliação patrimonial	93.776	93.776
Baixa efeito do imobilizado	10.483	51.222
Provisão e (Reversão) de liquidação dúvidosa	2.297.144	(2.803.233)
	36.539.508	23.586.728
Diminuição (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(27.981.973)	17.543.427
Estoques	(39.921.112)	(5.522.651)
Impostos a recuperar	(4.496.079)	5.588.988
Outras contas a receber	(6.441.788)	(724.508)
Depósitos judiciais	–	5.008.459
	(78.840.952)	21.893.715
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	10.681.406	5.331.373
Salários e encargos sociais	(544.154)	2.112.576
Obrigações tributárias	(632.457)	(689.683)
Adiantamentos de clientes	89.545.710	(8.003.986)
Outras contas a pagar	1.206.138	607.078
	36.539.508	23.586.728
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades operacionais	100.256.643	(642.642)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	57.955.199	44.837.801
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(16.943.729)	(14.599.637)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(16.943.729)	(14.599.637)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Juros sobre capital próprio	(7.058.824)	(5.647.059)
Dividendos pagos	(851.336)	–
Captação de empréstimos	18.005.000	32.782.242
Liquidação de empréstimos principal	(44.925.659)	(39.276.635)
Liquidação de empréstimos juros	(464.303)	(5.254.697)
Caixa líquido (usado na) atividades de financiamentos	(35.295.122)	(17.396.149)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	5.716.348	12.842.015
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.985.356	15.143.341
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.701.704	27.985.356
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	5.716.348	12.842.015

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório referente ao exercício findo em 31.12.2025, acompanhado do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras. **1)** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com observância das leis fiscais e societárias vigentes, e estão consolidados os resultados de Matriz e Filiais. **2)** A depreciação foi calculada em função do tempo de uso e de seu estado de conservação, de acordo com as regras contábeis vigentes. **3)** O Capital Social de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), é dividido em 35.000.000 (trinta e cinco milhões) de ações Ordinárias Nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. **4)** Os Estoques estão demonstrados pelo custo médio histórico de compra ou de produção, que não excede o valor de mercado ou de custo de reposição. A Diretoria está como sempre ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas, para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Espírito Santo do Pinhal-SP., 26 de março de 2026.

Diretoria

Reymar Coutinho de Andrade **João Paulo Cipoli Viegas** **Carlos Eduardo Jardini Del Guerra** **Fabio Augusto Cipoli Pedroso**

João Alberto Peres Brando

Aparecido Evangelista de Assis - TC/CRC 1SP120489/O-2

Rumo Malha Oeste S.A.

CNPJ: 39.115.514/0001-28

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativos	31/12/2025	31/12/2024	Passivos	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.418	6.729	Fornecedores	11.423	19.193
Títulos e valores mobiliários	751	3.864	Ordenados e salários a pagar	3.855	5.044
Contas a receber de clientes	22.367	7.075	Outros tributos a pagar	342	427
Estoques	43	2.460	Passivo de arrendamento	17.412	66.855
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.120	1.527	Arrendamentos e concessões em litígio	918	–
Outros tributos a recuperar	335	2.064	Outros passivos financeiros	1.512	3.616
Adiantamento a fornecedores	29	29	Outras contas a pagar	9.587	13.707
Outros ativos	2.684	3.824	**Passivo circulante**	45.049	108.842
Ativo circulante	33.747	27.572	Provisão para demandas judiciais	144.170	109.848
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	1.417	Passivo de arrendamento	–	15.476
Outros tributos a recuperar	–	3.614	Arrendamentos e concessões em litígio	2.785.778	2.442.600
Depósitos judiciais	43.959	40.379	Outras contas a pagar	692	624
Outros ativos	1.666	1.318	**Passivo não circulante**	2.930.440	2.568.548
Ativo não circulante	45.625	46.728	**Total do passivo**	2.975.489	2.677.390
Total do ativo	79.372	74.300	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**		
			Capital social	1.006.915	876.915
			Reserva de capital	17.566	17.566
			Ajustes de avaliação patrimonial	152	152
			Prejuízos acumulados	(3.920.750)	(3.497.723)
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.896.117)	(2.603.090)
			Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	79.372	74.300

Demonstrações do Resultados do Exercício
(Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	55.906	55.568
Custos dos serviços prestados	(48.679)	(49.219)
Resultado bruto	7.227	6.349
Despesas gerais e administrativas	(10.135)	(8.067)
Outras despesas operacionais, líquidas	(54.748)	(67.226)
Despesas operacionais	(64.883)	(75.293)
Resultados do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	(57.656)	(68.944)
Despesas financeiras	(399.648)	(289.849)
Receitas financeiras	9.716	5.467
Resultado financeiro líquido	(389.932)	(284.382)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(447.588)	(353.326)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	24.561	–
	24.561	–
Resultado do exercício	(423.027)	(353.326)
Resultado por ação:		
Por ação ordinária	(0,01007)	(0,01335)
Por ação preferencial	(0,01007)	(0,01335)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto) *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	876.915	17.566	152	(3.497.723)	(2.603.090)
Resultado do exercício	–	–	–	(423.027)	(423.027)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	–	(423.027)	(423.027)
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Aumento de capital social	130.000	–	–	–	130.000
Total das transações com e para acionistas	130.000	–	–	–	130.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.006.915	17.566	152	(3.920.750)	(2.896.117)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	691.915	17.566	105.000	19	(3.144.397)	(2.329.897)
Resultado do exercício	–	–	–	–	(353.326)	(353.326)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	–	–	(353.326)	(353.326)
Contribuição e distribuições para os acionistas						
Integralização de capital	185.000	–	(185.000)	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	80.000	–	–	80.000
Total das transações com e para acionistas	185.000	–	(105.000)	133	–	80.133
Saldo em 31 de dezembro de 2024	876.915	17.566	–	152	(3.497.723)	(2.603.090)

Diretoria

Pedro Marcus Lira Palma - Diretor Presidente

Contador

Rodrigo Duenas Agostinho - CRC SP-258629/O-5

SÃO PAULO – SERVIÇOS MÉDICOS DE ANESTESIA LTDA.

CNPJ 62.032.313/0001-89

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os srs. sócios da São Paulo Serviços Médicos de Anestesia Ltda, CNPJ/MF 62.032.313/0001-89 ("Sociedade"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada às 21h30 do dia 09 de abril de 2026, em 1ª convocação, e às 22h00 do mesmo dia, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital. **Endereço digital:** A Assembleia será realizada via plataforma Teams conforme link a seguir indicado, que também será enviado aos e-mails dos sócios conforme endereço eletrônico cadastrado: https://teams.microsoft.com/meet/2742322533542?p=Vj3cVEqcSFb6ZRqbQ - ID da Reunião: 274 232 253 354 2 - Senha: XW9Qu3RT. **Ordem do Dia: I – Em AGO:** a) Deliberar sobre a aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Sociedade para o próximo mandato, nos termos previstos no Contrato Social. **II – Em AGE:** a) Tomar ciência e deliberar sobre o reconhecimento e anuência ao Acordo de Sócios celebrado entre os sócios da Sociedade, o qual disciplina matérias relativas à governança, transferência de quotas, exercício de direitos societários e demais relações entre os sócios, obrigando os seus signatários e devendo ser observado pela Sociedade e por seus administradores na condução dos assuntos sociais; b) Deliberar sobre a retirada voluntária dos sócios Hugo Campanha e Isabella Silva Pereira; c) Deliberar sobre a aquisição, pela Sociedade, das quotas preferenciais de titularidade dos sócios retirantes, para manutenção em tesouraria, sem redução do capital social; d) Deliberar sobre a atualização do quadro societário da Sociedade; e) Deliberar sobre a alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade para refletir as deliberações acima, inclusive no que se refere à disciplina das quotas em tesouraria e à adequação dos quóruns e direitos políticos ao capital social votante. São Paulo, 30.03.2026.

Dr. Fernando David Goehler - Administrador

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035 - Companhia Aberta

EDITAL ÚNICO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 5 (CINCO) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSORA" E EMISSÃO", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados, por meio deste Edital único, conforme art. 26, § 1º-A da Resolução CVM 60, os Srs. Debenturistas da 13ª Emissão, Em 5 Séries, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da "13ª (Décima Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 5 (Cinco) Séries, com Instituição de Patrimônio Separado, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se em primeira convocação no dia 22 de abril de 2026, às 14:45hs, e, em caso de não instalação da Assembleia, devido insuficiência de quórum, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 14:45hs, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se concebido de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, jurídico@grupotravessia.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com aos menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 31 de março de 2026. Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035 - Companhia Aberta

EDITAL ÚNICO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSORA" E EMISSÃO", RESPECTIVAMENTE

Ficam convocados, por meio deste Edital único, conforme art. 26, § 1º-A da Resolução CVM 60, os Srs. Debenturistas da 15ª Emissão, Em 3 Séries, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da "15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, com Instituição de Patrimônio Separado, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se em primeira convocação no dia 22 de abril de 2026, às 15:00hs, e, em caso de não instalação da Assembleia, devido insuficiência de quórum, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 15:00hs, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se concebido de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, jurídico@grupotravessia.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com aos menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 31 de março de 2026. **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** - Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

**EDITAL ÚNICO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL D

suzano

MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 30.486.131/0001-91

Demonstrações Financeiras 2025

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23	181	31	274
Aplicações financeiras	6	708	927	1.070	1.250
Contas a receber de partes relacionadas	8			56.414	41.766
Estoques				24	41
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	3	1	168	502
Tributos a recuperar	7		3		20
Dividendos a receber	8	233	233		
Despesas antecipadas				239	226
Total do ativo circulante		967	1.345	57.946	44.079
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	7				2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1			1.269	930
Investimentos	10	392.317	393.190		
Imobilizado	11			7.559	8.879
Direito de uso				45	66
Intangível	12			330.614	344.630
Total do ativo não circulante		392.317	393.190	339.487	354.507
TOTAL DO ATIVO		393.284	394.535	397.433	398.586

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	13			2.965	2.572
Contas a pagar de arrendamentos				25	22
Tributos a recolher	14			1.051	1.347
Contas a pagar com partes relacionadas	8			75	52
Dividendos a pagar	15.2		449		449
Total do passivo circulante			449	4.116	4.442
NÃO CIRCULANTE					
Contas a pagar de arrendamentos				33	58
Total do passivo não circulante				33	58
TOTAL DO PASSIVO			449	4.149	4.500
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Capital social		381.614	381.614	381.614	381.614
Reservas de lucros		11.670	12.472	11.670	12.472
Total do patrimônio líquido		393.284	394.086	393.284	394.086
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		393.284	394.535	397.433	398.586

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para aumento de capital	Resultado do exercício	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	381.614	776	10.254		392.644
Resultado do exercício				1.891	1.891
Transações de capital com os sócios					
Dividendos mínimos obrigatórios				(449)	(449)
Mutações internas do patrimônio líquido					
Constituição de reservas		95	1.347	(1.442)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	381.614	871	11.601		394.086
Resultado do exercício				(802)	(802)
Mutações internas do patrimônio líquido					
Absorção de prejuízo			(802)	802	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	381.614	871	10.799		393.284

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	18			69.430	67.384
Custo dos serviços prestados	19			(70.195)	(65.726)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO				(765)	1.658
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	19		(1)	(482)	(406)
Resultado de equivalência patrimonial		(873)	1.824		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				2	(2)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(873)	1.823	(1.245)	1.250
RESULTADO FINANCEIRO	17				
Despesas				(43)	(79)
Receitas		93	91	177	442
Variações monetárias e cambiais, líquidas				(8)	5
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(780)	1.914	(1.119)	1.618
Imposto de renda e contribuição social	9				
Correntes		(22)	(23)	(22)	(657)
Diferidos				339	930
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(802)	1.891	(802)	1.891
Resultado do exercício					
Básico	16.1	(0,00210)	0,00496	(0,00210)	0,00496
Diluído	16.2	(0,00210)	0,00496	(0,00210)	0,00496

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Resultado líquido do exercício	(802)	1.891	(802)	1.891
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente	(802)	1.891	(802)	1.891

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	(802)	1.891	(802)	1.891
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização (nota 19)			16.705	16.553
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 17)	(93)	(91)	(135)	(416)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 17)			8	11
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	873	(1.824)		
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 17)			8	(5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 9)			(339)	(930)
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de partes relacionadas			(14.648)	(29.322)
Estoques			17	(41)
Tributos a recuperar	1	(3)	356	296
Despesas antecipadas			(13)	251
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores			385	(204)
Tributos a recolher		14	(296)	756
Contas a pagar com partes relacionadas			23	(363)
Outros passivos				
Caixa gerado (aplicado) das operações	(21)	(13)	1.269	(11.523)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(32)		(1.186)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(21)	(45)	1.269	(12.709)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações financeiras, líquidas	312	10	315	16.075
Adições de imobilizado (nota 11)			(90)	(135)
Adições de intangível (nota 12)			(1.258)	(1.788)
Dividendos recebidos		1.369		
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	312	1.379	(1.033)	14.152
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos pagos	(449)	(1.441)	(449)	(1.441)
Pagamento de contratos de arrendamentos			(30)	(32)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(449)	(1.441)	(479)	(1.473)
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(158)	(107)	(243)	(30)
No início do exercício	181	288	274	304
No final do exercício	23	181	31	274
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(158)	(107)	(243)	(30)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Relatório da Administração

VISÃO GERAL: A Maxcel é uma Companhia controlada pela Suzano S.A. é detentora do direito de outorga da concessão do Porto de Itaqui. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Resultados:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **Receita Líquida:** A receita líquida da Companhia em 2025 foi de R$69.430 mil, contra R$67.384 mil em 2024, resultado da prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose para Itacel. **Custo dos Serviços Prestados:** O custo dos serviços prestados em 2025 foi de R$70.195 mil contra R$65.726 em 2024, resultado do aumento nos custos dos serviços contratados na prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. **Prejuízo Bruto:** O prejuízo bruto foi de R$765 mil em 2025, comparado ao lucro bruto de R$1.658 mil em 2024, e é explicado pelo resultado operacional acima descrito. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas totalizaram R$482 mil em 2025, 18,72% superior ao registrado em 2024 no valor de R$406 mil. Estas despesas referem-se, substancialmente, aos gastos com pessoal e serviços. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro líquido foi positivo em R$135 mil, 65,76% inferior ao resultado positivo de R$368 mil em 2024. Esse resultado é decorrente, principalmente, da menor receita financeira, em função de menores rendimentos sobre aplicações financeiras. **Resultado Líquido do Exercício:** A Companhia registrou um prejuízo de R$802 em 2025, em comparação ao lucro de R$1.891 mil em 2024. **DIVIDENDOS:** Em decorrência do prejuízo apurado em 2025, a Companhia não distribuiu dividendos. **RATING:** Ao longo de 2025, a Companhia manteve o *rating* de graus de investimento (brAAA) na escala global pela *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's* para a maioria dos seus investimentos financeiros. **SUSTENTABILIDADE:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **GOVERNANÇA:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A. **PESSOAS:** A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

1. Contexto Operacional: A Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Maxcel" ou coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima regida por estatuto social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior e é controlada pela Suzano S.A. que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social. Em 27 de julho de 2018, a Suzano S.A., por meio da Maxcel, participou do leilão nº. 3/2018, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), para o arrendamento de áreas e infraestruturas públicas, as quais realizaram a movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. A Maxcel apresentou a proposta vencedora para a concessão da área de 53.545 metros quadrados no Porto de Itaqui, localizado no estado do Maranhão, cujo direito de outorga da concessão foi registrado em suas demonstrações financeiras, no valor de R$100. A garantia de proposta do arrendamento previu a constituição de uma arrendatária ("controlada Itacel - Terminal de Celulose do Itaqui S.A"), a qual é responsável pela execução do objeto do contrato de concessão, na forma de uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"). O prazo de concessão inicial é de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado até 70 (setenta) anos. A SPE é sociedade por ações, constituída de acordo com a lei brasileira, por prazo indeterminado, com a finalidade exclusiva de explorar o arrendamento. O terminal começou a operar no Porto de Itaqui em São Luís - Maranhão em 02 de setembro de 2022. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 26 de março de 2026.

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R$"), exceto se expresso de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.9. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. Resumo das Políticas Contábeis Materiais: As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes para ambos os exercícios apresentados. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e práticas contábeis, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na seção 3.1 e detalhadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025. **3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **3.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Maxcel e de sua controlada Itacel - Terminal de Celulose do Itaqui S.A. na mesma data-base. A Companhia controlada a controlada sobre a qual detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Maxcel e sua controlada Itacel, foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A Maxcel detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social da Itacel. **3.2.2 Investimentos em controladas** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente tê há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras. **3.2.4 Instrumentos financeiros: 3.2.4.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cuja categoria de mensuração e apresentação são (i) custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos instrumentos financeiros vencem ou são transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.4.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucro ou prejuízo e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. **Fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.4.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras. **3.2.4.2 Redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros: 3.2.4.2.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhora no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.5 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são determinados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.6 Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida é revisado pelo menos ao fim de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.6.1 Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são registradas no intangível e será revertida ao poder concedente após o encerramento do contrato de concessão. O concessionário atua como prestador de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado período. O concessionário recebe em troca o direito de exploração da infraestrutura fundamentado no direito de outorga da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida linearmente na demonstração de resultado durante o prazo de concessão. **3.2.7 Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23):** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável estará disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possam, de forma razoável, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.8 Reconhecimento da receita:** As receitas de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. **3.2.9 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 11 e 12); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 11 e 12); • análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e • arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18 (IFRS9 Accounting Standards), conforme divulgado abaixo. Com relação aos IFRS mencionados abaixo, não houve a promulgação do CPC correspondente. **3.3.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas a IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas: • esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; • esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros; • adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e • atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.3.2 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027):** Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substitui a IAS 1 - Presentation of Financial Statements, introduzindo novos requisitos com o objetivo de aumentar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras. Embora a IFRS 18 não altere o reconhecimento ou a mensuração dos itens, esperam-se impactos relevantes na apresentação e na divulgação das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere à estrutura da demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação das informações e a determinados aspectos da demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia está atualmente avaliando os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18 em suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base em uma avaliação preliminar, destacam-se, entre outros, os seguintes possíveis efeitos: alterações na forma de apresentação do resultado decorrentes da nova classificação de receitas e despesas em categorias padronizadas e da introdução de novos subtotais; possíveis ajustes na apresentação das principais demonstrações financeiras, com reagrupamento ou maior detalhamento de determinadas linhas, conforme os novos princípios de agregação e desagregação; novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração; e ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, conforme os novos requerimentos da norma. A IFRS 18 tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, de modo que as informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas quando da adoção inicial da norma. **3.3.3 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027):** Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. **3.3.4 Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS - Volume 11:** Consistem em alterações que visam esclarecer redações de pronunciamentos contábeis (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre as normas.

4. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos: 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros: 4.1.1 Visão geral: Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; e (ii) crédito. A Administração dos riscos de liquidez e de crédito da Companhia é realizada pela controladora Suzano, de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. **4.1.2 Classificação:** Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Nota	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		31	274
Contas a receber de partes relacionadas	8	56.414	41.766
		56.445	42.040
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	6	1.070	1.250
		1.070	1.250
		57.515	43.290
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	13	2.965	2.572
Contas a pagar de arrendamento		58	80
Contas a pagar com partes relacionadas	8	75	52
Dividendos a pagar			449
		3.098	3.153
		54.417	40.137

4.2 Administração de risco de liquidez: A Companhia tem como objetivo manter uma posição de caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa da controladora Suzano S.A. O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros estão apresentados a seguir e representam os fluxos de caixa não descontados:

	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	Consolidado 31/12/2025 1 - 2 anos
Passivos				
Fornecedores	2.965	2.965	2.965	
Contas a pagar com partes relacionadas	75	75	75	
Contas a pagar de arrendamento	58	66	33	33
	3.098	3.106	3.073	33

	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	Consolidado 31/12/2024 1 - 2 anos
Passivos				
Fornecedores	2.572	2.572	2.572	
Dividendos a pagar	449	449	449	
Contas a pagar de arrendamento	80	80	22	58
	3.101	3.101	3.043	58

4.3 Administração de riscos de crédito: Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **4.3.1 Bancos e instituições financeiras:** A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	31	274
Aplicações financeiras	1.070	1.250
	1.101	1.524
Classificação de risco [1]		
brAAA	1.101	1.524
	1.101	1.524

(1) *Utilizamos o Brazilian Risk Rating e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.*

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o caixa e equivalentes de caixa totalizavam R$31 (em 31 de dezembro de 2024, R$274), compostos integralmente por saldos em contas bancárias.

6. Aplicações Financeiras

	Taxa média % a.a.	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Em moeda nacional					
Fundos de investimentos	99,79% do CDI	708	927	1.070	1.250
		708	927	1.070	1.250
Circulante		708	927	1.070	1.250

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos. As carteiras de investimento são monitoradas com frequência pela Companhia, com o objetivo de verificar o cumprimento da política de investimento, que busca baixo risco e alta liquidez dos títulos.

7 Tributos A Recuperar

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
IRPJ/CSLL -

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

← continuação

MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 30.486.131/0001-91

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos, nem mesmo qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em operar seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais ser mantenedoras de continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Vinicius Fumo
Contador
CRC 1SP256197/O-9

Florestal Participações S.A. CNPJ nº 19.667.035/0001-07

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessário. A Diretoria

Balanço Patrimonial

Ativo	2025	2024	Passivo e Patr Líquido	2025	2024
Circulante	221.708,63	307.566,54	**Circulante**	1.974.802,22	39,87
Bancos c/corrente	66.969,31	261,98	Contr Sociais a pagar	392,22	29,87
Aplicações Financeiras	153.258,15	305.899,18	Impostos e Contr a Recolher	10,00	10,00
Impostos a recuperar	1.481,17	1.405,38	c/cor Pessoas ligadas	1.974.400,00	-
Não Circulante	28.784.997,92	23.414.832,25	**Patrimônio Líquido**	27.031.904,33	23.722.358,52
Direitos a Rec Pes Ligadas	-	-	Capital Social	8.191.152,00	8.191.152,00
Cicor Pessoas Ligadas	3.945.947,44	1.871.995,36	Reserva Legal	1.638.230,40	1.502.377,69
Investimos/ Controlada	24.839.050,48	21.542.836,89	Res. Lucros a Realizar	17.202.521,93	14.028.829,23
Total do Ativo	29.006.706,55	23.722.398,79	**Total do Passivo e Patr. Líq.**	29.006.706,55	23.722.398,79

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Legal	Res. Lucro a Realizar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.191.152,00	1.502.377,69	14.028.829,23	23.722.358,92
Dividendos Pagos	-	-	-	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	135.852,71	3.173.692,70	3.309.545,41
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.191.152,00	1.638.230,40	17.202.521,93	27.031.904,33

Demonstração do Resultado do Exercício

	2025	2024
Receitas	3.298.213,59	2.333.204,17
Equivalência Patrimonial		
Despesas		
Gerais e administrativas	-(824,00)	-(5.061,00)
Financeiras	-(33,57)	-
Tributárias	-(266,37)	-(254,07)
Lucro Operacional	3.295.089,65	2.327.889,10
Receitas Financeiras	19.020,73	309.070,05
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	3.314.110,38	2.636.959,15
(-) IRPJ e CSLL	-(4.564,97)	-(88.561,85)
Resultado Líquido do Exercício	3.309.545,41	2.548.397,30

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	3.309.545,41	2.548.397,30
Equivalência Patrimonial	-(3.298.213,59)	-(2.333.204,17)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-(68.126,12)
(Aumento) Diminuição no ativo circulante/não circulante		
Impostos a recuperar	-(75,79)	(8.585,61)
Aumento (Diminuição) no passivo circulante		
Pessoas Ligadas	1.974.400,00	-(1.401.104,64)
Impostos e Contr.Sociais	362,35	-(2.185,89)
Caixa líquido gerado pela atividade operacional	1.988.018,38	-(1.247.637,71)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	-(2.073.952,08)	-(1.871.995,36)
Caixa líquido gerado pela atividade de investimento	-(2.073.952,08)	-(1.871.995,36)
Pagamento dividendos	-	-
Caixa líquido de financiamento	-	-
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	-(85.933,70)	-(3.119.633,07)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	306.161,16	3.425.794,23
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	220.227,46	306.161,16
Variação em caixa e equivalente de caixa	-(85.933,70)	-(3.119.633,07)

Notas Explicativas As Demonstrações Contábeis

1- Contexto Operacional: A sociedade Florestal Participações S/A está localizada em Jundiaí-SP, Rua Eduardo Tomanik, 900 Sala 22H e tem por objeto a administração de bens próprios e a participação como acionista em sociedades. Iniciou suas atividades em 06/02/2014. **2- Apresentação das demonstrações financeira e resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31/12/2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento as disposições complementares do CPC/M e disposições da Lei nº 6.404 de 1976, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, como forma de harmonizar as práticas contábeis adotadas com as internacionais. Estas adaptações às normas internacionais não alteram significativamente as demonstrações contábeis. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações. A liquidação das operações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Administração revisa as suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais descritas a seguir: **a) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência; **b) Imposto de renda-Contribuição Social-Pis e Cofins:** A empresa tem por opção a tributação pelo lucro presumido, considerando as receitas para cálculo dos tributos pelo regime de caixa; **c) Investimentos:** A empresa participa do capital social da empresa Florestal Incorporações Ltda com 99,99% e mantem acordo de acionista reportando 80% do resultado, saldo de investimento de R$ 24.839.050,48, equivalência patrimonial R$ 3.298.213,59, os dados da controlada são: patrimonio líquido R$ 27.855.637,95 e resultado do exercício R$ 3.296.543,25 **d) Passivo circulante e não circulante:** são demonstrados a valores nominais, acrescido quando cabível, de encargos incorridos até a data do balanço **e) Capital Social:** E composto por 8.191.152 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e no valor de R$ 1,00 cada uma, e todas pertencentes a residentes no Brasil.

Antonino Messina Neto - Diretor

Eliézer Silva de Oliveira - Contador CRC 1SP108.734/O-0

VERALLIA BRASIL S.A.

CNPJ 60.853.942/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	104.962	82.794
Contas a receber	237.699	310.264
Estoques	206.253	134.233
Tributos a recuperar	66.166	30.740
Outros ativos	3.117	3.381
Instrumentos financeiros derivativos	182	3218
	618.380	564.630
Ativos não circulante realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	30.899	41.841
Depósitos judiciais e recursais	3.227	3.088
	34.126	44.929
Ativos direito de uso	14.059	14.362
Investimentos	397.459	349.177
Intangível	3.293	3.013
Imobilizado	1.440.858	1.446.185
	1.855.709	1.812.737
Total do ativo	2.508.215	2.422.296

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	209.263	214.482
Passivos de arrendamentos	8.801	6.676
Instrumentos financeiros derivativos	1.005	-
Salários, bônus e encargos sociais	32.919	33.895
Tributos a recolher	21.712	39.712
Dividendos a pagar	43.000	-
Outros passivos	64.812	79.775
	381.512	374.540
Não circulante		
Empréstimos intra-grupo	841.229	803.452
Passivos de arrendamentos	6.652	8.730
Provisões para contingências	32.801	35.378
Imposto de renda e contribuição social diferido	45.022	36.957
Total do passivos não circulantes	925.704	884.517
Patrimônio líquido		
Capital social	688.590	688.590
Reserva legal	101.527	87.381
Reservas de lucros	410.882	387.268
Total do patrimônio líquido	1.200.999	1.163.239
Total do passivo e patrimônio líquido	2.508.215	2.422.296

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO *(Em milhares de reais)*

	2025	2024
Lucro bruto	484.966	459.653
Despesas operacionais		
Com vendas , gerais e administrativas	(112.249)	(92.764)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27.905	25.198
Equivalência Patrimonial	48.282	81.984
Lucro operacional antes do resultado financeiro	448.905	474.071
Resultado financeiro		
Despesas financeiras, líquidas	(117.197)	(81.390)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	331.708	392.681
Imposto de renda e contribuição social	(40.651)	(50.014)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.065)	(32.272)
Lucro líquido do exercício	282.993	310.395
Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	209.460	209.460
Lucro líquido por quotas do capital social no fim do exercício - R$	1,35	1,48

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	331.708	392.681
Ajustes		
Depreciação e amortização	111.179	89.122
Depreciação de direito de uso	11.673	14.432
Valor residual do ativo permanente baixado	86	47
Resultado de equivalência patrimonial	(48.282)	(81.984)
Instrumentos derivativos líquido	(2.032)	(266)
Outras Provisões	(7.615)	(25.265)
	396.516	388.747
Variação nos Ativos e Passivos		
Contas a receber	72.565	(145.937)
Estoques	(66.781)	12.119
Impostos a recuperar	(24.484)	16.494
Outros ativos	264	(514)
Depósitos judiciais e recursais	(139)	(1.334)
Fornecedores	(5.221)	(108.257)
Salários e encargos sociais	(976)	(3.034)
Impostos a recolher	(18.000)	22.770
Outros passivos	(14.963)	26.026
Caixa gerado pelas operações	338.781	207.080
Imposto de renda e contribuição social pagos	(92.495)	(46.699)
Juros pagos e recebidos	52.833	(20.928)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	299.118	139.453
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(106.217)	(194.985)
Venda de ativo imobilizado	86	47
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(106.132)	(194.938)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	131.682	109.501
Pagamentos empréstimos	(93.905)	–
Pagamentos de arrendamentos mercantil	(6.428)	(2.138)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(202.232)	(202.595)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(170.883)	(95.232)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	22.104	(150.717)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.794	233.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	104.962	82.794

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	688.590	71.861	294.989	–	1.055.440
Lucro líquido do exercício	–	–	–	310.394	310.394
Para reserva de lucros	–	–	92.278	(92.278)	–
Para reserva legal	–	15.520	–	(15.520)	–
Lucros distribuídos:	–	–	–	–	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	–	–	–	(202.595)	(202.595)
Em 31 de dezembro de 2024	688.590	87.381	387.268	–	1.163.239
Lucro líquido do exercício	–	–	–	282.992	282.992
Para reserva de lucros	–	–	23.615	(23.615)	–
Para reserva legal	–	14.146	–	(14.146)	–
Lucros distribuídos:	–	–	–	–	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	–	–	–	(245.232)	(245.232)
Em 31 de dezembro de 2025	688.590	101.527	410.882	–	1.200.999

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de embalagens de vidro. **2. Principais Diretrizes Contábeis: (a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e abrange os 12 meses dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **(b) Ativos circulante e não circulante:** A provisão para contas de cobrança duvidosa foi efetuada em bases consideradas suficientes para cobertura de eventuais prejuízos na realização dos créditos. Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção ou aos valores de realização quando os mesmos forem inferiores ao custo de reposição. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos monetários auferidos e os ajustes necessários para atualizá-los ao valor presente. **(c) Permanente:** Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro (quando aplicável), combinado com os equivalentes de investimentos em empresa controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial ajustável quando aplicável. • Depreciação do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas , que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens conforme determinação da nova legislação. **(d) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e provisões necessárias. **3. Patrimônio Líquido: Capital social:** O Capital social subscrito e integralizado está dividido em 209.460.245 ações ordinárias, sem valor nominal. **4. Seguros:** A Companhia possui apólices de seguro de riscos globais que, em face da descentralização das instalações industriais, é suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e de responsabilidade civil.

DIRETORIA

Quintin Testa Dominguez **Marlene Ayako Miwa** **Jose Augusto Barreto**

CONTADOR

José Augusto Barreto CRC RS 047826/O-6-T-SP

Bluefit Academias de Ginástica e Participações S.A.

CNPJ nº 24.921.465/0001-43

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	259.569	221.590	274.120	238.788
Caixa restrito	-	10.575	-	10.585
Contas a receber de clientes	39.880	20.166	50.246	37.298
Tributos a recuperar	10.037	4.235	10.312	4.645
Outros créditos	16.368	12.002	17.808	13.725
Total do ativo circulante	325.854	268.568	352.486	305.041
Não circulante: Realizável a longo prazo:				
Partes relacionadas	17.911	24.469	1.566	130
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	23.226	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	146.492	53.664	149.048	58.243
Depósitos judiciais	1.332	2.104	1.751	2.338
Outros créditos	2.188	2.106	2.388	2.390
Investimentos	34.379	98.418	-	-
Imobilizado	498.809	256.875	566.871	388.351
Direito de uso de bens	552.943	339.538	634.383	465.522
Intangível	63.249	376	77.148	64.602
Total do ativo não circulante	1.317.803	800.776	1.433.113	981.576
Total do ativo	1.642.947	1.069.344	1.785.599	1.286.617

Passivo	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante				
Fornecedores	26.995	78.149	30.401	84.140
Receita diferida	992	1.202	1.178	1.913
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.960	422	10.960	1.197
Salários e encargos sociais	23.751	17.503	25.941	22.115
Impostos e contribuições a recolher	14.541	4.257	17.690	10.544
Contas a pagar por aquisição de participação	3.756	-	3.756	-
Passivo de arrendamento	27.825	16.371	33.010	23.675
Outras obrigações	5.645	3.265	6.074	5.049
Total do passivo circulante	114.465	121.169	129.010	148.633
Não circulante: Fornecedores	2.417	2.063	2.587	2.299
Empréstimos, financiamentos e debêntures	338.155	98.703	338.155	98.703
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	1.065
Partes relacionadas	1.027	1.050	4.869	1.361
Outras obrigações	20.629	8.037	20.629	17.129
Sociedade em conta de participação (SCP)	3.339	3.322	4.179	4.399
Imposto de renda e contribuição diferidos	799	-	799	-
Provisão para desmobilização de ativos	1.595	963	1.901	1.442
Passivo de arrendamento	637.673	388.966	736.592	547.952
Provisão para demandas judiciais	3.428	6.400	5.468	8.408
Provisão para perda com investimentos	262	-	-	-
Total do passivo não circulante	1.009.324	509.504	1.115.179	682.758
Patrimônio líquido				
Capital social	113.259	113.259	113.259	113.259
Reserva de capital	477.858	399.202	477.858	399.202
Prejuízos acumulados	(71.159)	(73.790)	(71.159)	(73.790)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	519.158	438.671	518.158	438.571
Participação de acionistas não controladores	-	-	22.252	16.555
Total do patrimônio líquido	519.158	438.671	541.410	455.226
Total do passivo e patrimônio líquido	1.642.947	1.069.344	1.785.599	1.286.617

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	2.630	8.376	13.041	14.108
Total de resultado abrangente do período	2.630	8.376	13.041	14.108
Atribuído a: Acionistas controladores	-	-	2.630	8.376
Acionistas não controladores	-	-	10.411	5.732

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social: Capital social subscrito	Capital social: Reserva de capital	Reserva de capital: Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital: Reserva para opção de compra de ações	Reserva especial de ágio: Ágio na aquisição de não controladores	Reserva especial de ágio: Transação com acionistas	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	113.259	131.290	90.457	1.544	(1.709)	2.620	-	255.295	13.908	269.203
Integralização de reserva de capital	-	175.000	-	-	-	-	-	175.000	-	175.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.376	8.376	5.732	14.108
Saldos em 31 de dezembro de 2024	113.259	306.290	90.457	1.544	(1.709)	2.620	-	438.671	16.555	455.226
Aquisição de controlada (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	287	287
Reserva especial de ágio (ii)	-	-	-	-	-	77.856	-	77.856	-	77.856
Dividendos constituídos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.630	2.630	10.411	13.041
Saldos em 31 de dezembro de 2025	113.259	306.290	90.457	1.544	(1.709)	2.620	77.856	(71.159)	22.252	541.410

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receitas operacionais	361.861	212.107	550.447	405.265
Custo dos serviços prestados	(225.421)	(120.343)	(321.317)	(216.034)
Lucro bruto	136.440	91.764	229.130	189.231
(Despesas) e receitas operacionais: Despesas de vendas	(23.895)	(10.897)	(32.202)	(18.160)
Despesas gerais e administrativas	(69.215)	(50.925)	(80.368)	(65.525)
Resultado de equivalência patrimonial	24.707	22.496	-	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	3.233	621	3.243	(669)
Lucro antes do resultado financeiro	71.270	53.059	119.803	104.877
Despesas financeiras	(96.260)	(65.097)	(120.361)	(92.364)
Receitas financeiras	17.909	15.290	20.570	16.399
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(7.080)	3.252	20.012	28.912
Imposto de renda e contribuição social	9.719	5.124	(6.971)	(14.804)
Corrente	(1.016)	(1.489)	(19.171)	(20.162)
Diferido	10.735	6.613	12.130	5.358
Lucro líquido do exercício	2.639	8.376	13.041	14.108
Lucro líquido atribuído a: Acionistas controladores	-	-	2.630	8.376
Acionistas não controladores	-	-	10.411	5.732
Lucro por ação ordinária - Básico e diluído	-	-	0,0195	0,0621

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receitas	414.243	241.740	624.348	455.833
Prestação serviços de condicionamento físico	411.450	241.446	621.320	455.276
Outras receitas	2.845	456	3.080	769
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52)	(162)	(52)	(162)
Insumos adquiridos de terceiros	(131.162)	(72.239)	(190.861)	(132.891)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(17.238)	(43.307)	(103.929)	(73.200)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(59.238)	(30.181)	(87.323)	(57.689)
Outras	(608)	(250)	291	(1.802)
Valor adicionado bruto	283.080	168.002	433.487	323.142
Retenções	(64.181)	(35.871)	(87.244)	(57.935)
Depreciação e amortização	(64.181)	(35.871)	(87.244)	(57.935)
Valor adicionado líquido produzido	218.899	132.131	346.043	265.207
Valor adicionado recebido em transferência	42.616	38.980	20.545	16.399
Receitas financeiras	17.909	15.290	20.545	16.399
Resultado de equivalência patrimonial	24.707	22.496	-	-
Outros	-	303	-	-
Valor adicionado total a distribuir	261.505	170.720	366.588	281.909
Distribuição do valor adicionado	261.505	170.720	366.588	281.909
Pessoal	104.716	65.075	129.720	93.650
Remuneração direta	89.803	55.162	111.252	79.697
Benefícios	9.010	6.432	11.062	8.808
FGTS	5.903	3.481	7.406	5.185
Impostos, taxas e contribuições	48.327	30.783	93.446	76.374
Federais	20.386	19.075	65.961	56.625
Municipais	10.937	11.110	27.545	19.739
Remuneração de capitais de terceiros	105.831	55.986	130.781	97.737
Remuneração de capitais de terceiros - Juros	94.068	63.099	116.468	89.828
Aluguéis e condomínio	10.511	1.657	12.657	6.221
Despesas financeiras	1.252	1.230	1.656	1.688
**Remuneração de capitais próprios

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ nº 82.120.676/0001-83

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ • https://sistemas.cvm.gov.br/

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	126.276	9.269	186.794	169.560
Caixa e equivalentes de caixa	103.950	20	110.757	125.608
Contas a receber	6.134	5.716	40.704	36.535
Outros ativos	16.192	3.533	35.333	7.417
Ativo não circulante	3.363.776	3.214.142	4.977.093	4.588.207
Caixa restrito	–	90	–	90
Contas a receber de partes relacionadas	60.866	171.217	82.409	71.760
Contas a receber	1.603	2.606	10.060	11.569
Outros ativos	44	12.761	174	26.008
Outras contas a receber	10.773	10.773	10.773	10.773
Investimentos	2.418.967	2.238.952	–	–
Propriedades para investimento	867.988	772.805	4.865.976	4.457.225
Imobilizado	3.535	4.938	7.701	10.782
Total do ativo	3.490.052	3.223.411	5.163.887	4.757.767

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante	47.135	100.404	72.312	153.807
Debêntures	23.443	24.784	26.945	63.152
Empréstimos	13.650	–	18.040	–
Fornecedores	2.862	816	6.275	4.922
Salários, férias e encargos sociais	447	324	747	812
Tributos e contribuições sociais a recolher	601	504	10.183	9.010
Provisões diversas	5.351	5.337	7.237	5.864
Dividendos a pagar	–	67.961	–	67.961
Obrigação com os pagamentos do arrendamento	731	661	731	661
Outras contas a pagar	50	17	2.154	1.425
Passivo não circulante	1.002.299	1.375.755	2.650.505	2.856.279
Debêntures	664.534	675.657	1.188.605	1.140.741
Tributos e contribuições sociais a recolher	–	–	606	–
Fornecedores	–	–	2.094	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	265.027	234.281	1.380.021	1.244.779
Dividendos a pagar	–	445.000	–	445.000
Contas a pagar com partes relacionadas	50.442	–	50.302	–
Provisão para perda com investimento	3.560	3.192	–	–
Obrigações com os pagamentos do arrendamento	–	731	–	731
Provisão para contingências	18.636	16.894	28.877	25.028
Patrimônio líquido	2.440.618	1.747.252	2.440.618	1.747.252
Capital social	2.123.956	348.293	2.123.956	348.293
Ajustes de avaliação patrimonial	226.423	226.423	226.423	226.423
Reserva legal	84.759	69.659	84.759	69.659
Reserva de capital	4.590	–	4.590	–
Reservas de lucros a realizar	890	1.102.877	890	1.102.877
Participação de acionistas não controladores	–	–	452	429
Patrimônio líquido e participação de não controladores	2.440.618	1.747.252	2.441.070	1.747.681
Total do passivo e patrimônio líquido	3.490.052	3.223.411	5.163.887	4.757.767

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023		348.293	226.423	69.659	–	974.236	–	1.618.611	472	1.619.083
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	171.522	171.522	5.941	177.463
Transferência para reserva de lucros a realizar		–	–	–	–	171.522	(171.522)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d	–	–	–	–	(42.881)	–	(42.881)	–	(42.881)
Dividendos distribuídos para não controladores		–	–	–	–	–	–	–	(5.984)	(5.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		348.293	226.423	69.659	–	1.102.877	–	1.747.252	429	1.747.681
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	301.994	301.994	5.278	307.272
Reserva legal	15.b	–	–	15.100	–	–	(15.100)	–	–	–
Contribuição de capital por acionista	13	–	–	–	4.590	–	–	4.590	–	4.590
Aumento de capital - lucros acumulados	15.a	1.317.157	–	–	–	(1.317.157)	–	–	–	–
Aumento de capital - dividendos	15.a	458.506	–	–	–	–	–	458.506	–	458.506
Transferência para reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	215.170	(215.170)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d	–	–	–	–	–	(71.724)	(71.724)	–	(71.724)
Dividendos distribuídos para não controladores		–	–	–	–	–	–	–	(5.255)	(5.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.123.956	226.423	84.759	4.590	890	–	2.440.618	452	2.441.070

Demonstrações do resultados	Nota	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	54.458	47.101	304.738	277.830
Custos operacionais	18	(320)	(498)	(12.673)	(15.553)
Lucro bruto		54.138	46.603	292.065	262.277
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas, administrativas e gerais	19	(16.360)	(24.352)	(37.768)	(38.724)
Ganho com valor justo de propriedades para investimento	8	90.430	3.783	391.308	191.678
Equivalência patrimonial	7	302.511	234.994	–	–
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(1.606)	(1.149)	(1.736)	(1.647)
		374.975	213.276	351.804	151.307
Lucro operacional antes do resultado financeiro		429.113	259.879	643.869	413.584
Resultado financeiro	21	(96.373)	(87.071)	(179.956)	(152.036)
Despesas financeiras		(99.659)	(90.904)	(187.067)	(162.481)
Receitas financeiras		3.286	3.833	7.111	10.445
Resultado antes dos tributos		332.740	172.808	463.913	261.548
Imposto de renda e contribuição social correntes		–	–	(21.399)	(21.111)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(30.746)	(1.286)	(135.242)	(62.974)
	12	(30.746)	(1.286)	(156.641)	(84.085)
Lucro líquido do exercício		301.994	171.522	307.272	177.463
Lucro líquido atribuível aos:					
Controladores		301.994	171.522	301.994	171.522
Não controladores		–	–	5.278	5.941
		301.994	171.522	307.272	177.463
Lucro líquido básico e diluído por ação ON atribuível a controladores - em R$	16	2,28970	1,31940	2,28970	1,31940
Quantidade de ações		179.338.983	130.000.000	179.338.983	130.000.000

Demonstrações do resultados abrangentes	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	301.994	171.522	307.272	177.463
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	301.994	171.522	307.272	177.463
Atribuído aos controladores	301.994	171.522	301.994	171.522
Atribuído aos não controladores	–	–	5.278	5.941
	301.994	171.522	307.272	177.463

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos tributos	332.740	172.808	463.913	261.548
Itens que não afetam o caixa e equivalente de caixa:				
Depreciação e amortização	1.319	1.487	2.510	2.745
Provisão para perda esperada para risco de crédito - CR	307	1.002	(3.369)	3.314
Provisão para perda esperada para risco de crédito - PR	–	–	4.086	–
Ajuste a valor presente de partes relacionadas	251	–	251	–
Provisões diversas	14	1.301	1.371	1.309
Variação monetária e juros - debêntures	94.897	86.577	168.010	147.333
Rendimentos não realizados de aplicações financeiras	–	(2.265)	–	(3.188)
Equivalência patrimonial	(302.511)	(234.994)	–	–
Provisão para contingências	1.742	2.171	3.849	3.055
Ganho com venda de imobilizado	–	(444)	–	(444)
Ganho com valor justo de propriedades para investimento	(90.430)	(3.783)	(391.308)	(191.678)
	38.329	23.860	249.315	223.994
Variações do capital circulante				
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	278	(94)	709	(1.578)
Contas a receber de partes relacionadas	–	–	(1.995)	(3.597)
Outras contas a receber	58	(2.594)	(2.082)	(5.528)
	336	(2.688)	(3.368)	(10.703)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	2.046	55	3.447	775
Passivos com partes relacionadas	140	(1.018)	–	–
Salários, férias e encargos sociais	123	(30)	(65)	(53)
Tributos e contribuições sociais a recolher	97	(14)	1.402	(12.682)
Outras contas a pagar	(628)	(1.370)	67	(1.786)
Amortização de encargos financeiros sobre debêntures	(81.745)	(66.869)	(137.475)	(114.178)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(21.021)	(29.726)
	(79.967)	(69.246)	(153.645)	(157.550)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(41.302)	(48.074)	92.302	55.641
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(69.052)	(25.719)	–	–
Adições às propriedades para investimento	(4.733)	(543)	(17.443)	(10.193)
Outras remensurações de investimentos	(71)	(68)	–	–
Dividendos recebidos	191.987	181.610	–	–
Partes relacionadas	110.351	(171.217)	(12.740)	(50.452)
Caixa restrito	90	79	90	79
Adição de imobilizado	84	1.920	571	1.884
Aplicações financeiras	–	63.907	–	117.596
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	228.636	49.969	(29.522)	58.914
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos tomados	13.650	222.348	277.950	272.294
Dividendos pagos	(126.179)	(39.755)	(126.179)	(39.755)
Dividendos pagos para não controladores	–	–	(5.255)	(5.984)
Partes relacionadas	54.641	–	54.641	–
Amortização de debêntures - principal	(25.516)	(185.174)	(278.788)	(217.626)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(83.404)	(2.581)	(77.631)	8.929
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	103.930	(686)	(14.851)	123.484
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	20	706	125.608	2.124
Saldo no final do exercício	103.950	20	110.757	125.608
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	103.930	(686)	(14.851)	123.484

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Informações gerais sobre a Companhia: 1.1 Contexto operacional: A Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia" ou "Almeida Junior") é uma sociedade por ações, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, cj. 1604, São Paulo (SP), e tem como atividade preponderante a (i) exploração econômica e administração de shoppings centers, condomínios, bens próprios e de terceiros; (ii) participação direta ou indireta em shopping centers; (iii) assessoria e prestação de empresarial, gestão empresarial, planejamento e atividades correlatas, com relação à shopping centers e/ou empreendimentos comerciais de natureza semelhante; (iv) locação de quiosques, vitrinas e serviços de merchandising para shopping centers e lojas; (v) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (vi) exploração e propriedade de mídias para publicidade de produtos próprios ou de terceiros; (vii) participação, administração e exploração de estacionamentos de veículos; (viii) construção e incorporação de shopping centers; e (ix) participação no capital de outras sociedade empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior. No exercício de 2021 a Companhia concluiu o seu registro junto à CVM. A Companhia e suas controladas possuem sazonalidade em suas operações. Historicamente, datas festivas e feriados, tais como Natal, Dia das Mães, entre outros acarretam impacto positivo nas vendas dos shopping centers. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em 16 de março de 2026. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras individuais da controladora são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto com uma sociedade em conta de participação sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos sócios da Companhia. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da Companhia de continuar operando no futuro ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.1.1. Uso de estimativas: Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, provisão para perda esperada para risco de crédito, valor justo de instrumentos financeiros e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. 2.1.2. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e todas as suas controladas. 2.1.3 Transações e saldos em moeda estrangeira: Em nome da necessidade, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A variação cambial resultante da conversão é registrada na demonstração do resultado. 2.1.4 Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtém controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente dos demais resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas e despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a eles). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as controladas apresentadas no quadro abaixo:

Descrição	Abreviatura	Participação (%) 2025	2024
Controladas diretas:			
SNB Participações S.A.	SPE NK	99,99%	99,99%
Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda.	SPE BS	99,99%	99,99%
GC Participações S.A.	SPE CG	99,99%	99,99%
Joinville Shopping Participações S.A.	SPE GS	99,99%	99,99%
Blumenau Norte Shop. Participações S.A.	SPE NN	99,99%	99,99%
Nações Shopping Participações S.A.	SPE NS	99,99%	99,99%
Almeida Junior Gestão Shop. Centers Ltda.	AJ Gestão	99,99%	99,99%
Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.	CSC	99,99%	99,99%
Shopping Park Ltda.	Park	99,83%	99,83%
Controladas indiretas:			
SCP Estacionamento Continente Shopping	SCP CS	85,00%	85,00%
SCP Estacionamento Norte Shopping	SCP NR	86,50%	86,50%
SCP Estacionamento Nações Shopping	SCP NS	85,00%	85,00%
SCP Estacionamento Joinville Shopping	SCP GS	85,00%	85,00%

Controladora do Grupo: A Companhia é diretamente controlada pelo acionista Jaimes Bento de Almeida Junior. Apresentamos a seguir, um resumo das principais atividades das empresas controladas da Companhia: *Controladas diretas e indiretas: SNB Participações S.A. empresa com sede na cidade de Blumenau - SC, foi constituída em 25 de novembro de 1993 com o propósito específico de capitar em função disso emissão de debêntures que seriam conversíveis em frações ideais do imóvel objeto da matrícula 22.139 do 01º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau ("Imóvel"), no qual foi edificado o prédio I do Shopping Neumarkt Blumenau. Em 1.11.1994, teve seu capital majorado de CR$1.000.000,00 para CR$2.901.487.660,00, o qual foi integralmente subscrito por NBS Shopping Centers Ltda. e integralizado em 19,90% das frações ideais do Imóvel, nos termos da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1.1.1994, registrada perante a JUCESC em 31.1.1994 e registrada na matrícula do Imóvel sob R.15.22.139. O aumento de capital social tinha por objetivo capitalizar a SNB com ativos (no caso os 19,90% do Imóvel) para permitir a emissão de debêntures conversíveis em fração ideal do Imóvel. Em 28.2.1994, a SNB realizou a emissão pública de 1.990 debêntures permutáveis em frações ideais de 19,90% do Imóvel; Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda.: a sociedade foi constituída com o propósito de participar no Balneário Shopping, situado na Cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; GC Participações S.A.: a sociedade foi constituída com o propósito de participar no Continente Shopping, situado na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; Joinville Shopping Participações S.A.: a sociedade tem como objeto social a concepção, desenvolvimento, viabilização, implantação e a participação, direta ou indireta, no empreendimento Garten Shopping, situado na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina; Bluenau Norte Shopping Participações S.A.: a sociedade tem como objeto social a concepção, desenvolvimento, viabilização, implantação e a participação, direta ou indireta, no empreendimento Norte Shopping, situado na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina; Nações Shopping Participações S.A.: a sociedade foi constituída com o propósito de participar no Nações Shopping, situado na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; Almeida Junior Gestão Shopping Centers Ltda.: a sociedade tem por objetivo social (i) locação de quiosques, vitrinas e serviços de merchandising para shopping centers; (ii) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (iii) serviços de assessoria para shopping centers; (iv) assessoria e consultoria empresarial; (v) participação em empreendimentos comerciais, de natureza semelhante e correlatas ao objeto social; Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.: a sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços operacionais no setor de shopping centers; Shopping Park Ltda.: SCP Estacionamento Continente Shopping, SCP Estacionamento Norte Shopping, SCP Estacionamento Nações Shopping e SCP Estacionamento Joinville Shopping: atuam na gestão e exploração econômica dos estacionamentos e na prestação de serviços correlatos, respectivamente, dos seguintes shopping centers: Shopping Neumarkt Blumenau e Balneário Shopping, Continente Shopping, Norte Shopping, Nações Shopping e Garten Shopping. Os estacionamentos descritos como SCP, foram constituídos por meio de uma estrutura denominada "Sociedade em Conta de Participação". Em razão das empresas da Almeida Junior serem as sócias ostensivas, as operações dos estacionamentos são consolidadas pela Companhia, e posteriormente é apurado o resultado atribuível à participação dos não controladores: Participação em shopping centers: a Almeida Junior detém participação direta ou indireta em empreendimentos imobiliários do tipo Shopping Center, todos localizados no Estado de Santa Catarina. A seguir a relação dos shoppings em operação:

Empreendimento	Localização	Início da operação	Participação direta/indireta da Companhia em 2025 e 2024
Neumarkt Shopping	Blumenau/SC	set/93	93,80%
Balneário Shopping	Balneário Camboriú/SC	out/07	79,10%
Garten Shopping	Joinville/SC	abr/10	81,65%
Norte Shopping	Blumenau/SC	mai/11	72,48%
Continente Shopping	Grande Florianópolis/SC	out/12	67,15%
Nações Shopping	Criciúma/SC	abr/16	67,25%

Os shoppings foram constituídos por meio de uma estrutura denominada Condomínio "Pro Indiviso" ou "Consórcio". Dessa forma, os condôminos não possuem a posse de determinado percentual da participação no empreendimento, mas sim uma participação sobre toda propriedade, a qual é indivisível. As operações dos shoppings são registradas pela Companhia em seus livros contábeis na proporção da sua participação no empreendimento. A Companhia detém a representação legal, a administração e a exploração comercial e de estacionamento de todos os shoppings centers acima citados. A Companhia não possui investimentos em Coligadas ou Joint Venture, sendo todos os seus investimentos correspondentes por controladas com participações diretas/indiretas. **3. Sumário das práticas contábeis materiais: 3.1. Reconhecimento de receitas:** As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia faz o reconhecimento das receitas de forma proporcional a sua participação. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de aluguel de forma linear ao longo do período do contrato de locação de bens arrendamento, incluída na receita na demonstração de resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de posse do ativo. Os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas de aluguéis: O valor mínimo de aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção da participação da Companhia em cada empreendimento, em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independente da forma de recebimento. Também são considerados as receitas decorrentes da locação de quiosques e espaços para *mail*, vitrinas, espaços de mídia e de *merchandising*. Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. Receita de cessão de direitos de uso: Os valores de cessão de direitos de uso (luvas) são reconhecidos em bases lineares, durante o prazo do contrato de aluguel e das lojas a que se referem, a partir do início da locação, independente da forma de recebimento. Receitas de estacionamento: Refere-se a receita decorrente da participação e exploração dos estacionamentos dos shopping centers, com cobrança de clientes pela permanência de seus veículos no estacionamento. Estas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. Receita com prestação de serviços: Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de administração de shopping centers, prestação de serviços de gerenciamento de negócios imobiliários em geral, de consultoria e assessoria de natureza promocional e publicitária, para locação e/ou comercialização de espaços de uso comercial ("merchandising") e gestão e exploração dos estacionamentos. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas de acordo com o regime de competência. **3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou um período de receita de acordo, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e as demais despesas com empréstimos, financiamentos, debêntures, despesas bancárias e outras transações financeiras. Tais eventos estão reconhecidos na rubrica de resultados financeiros, na demonstração do resultado. **3.3. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de períodos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social das controladas, Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda., Norte Shopping Participações S.A., Shopping Park Ltda., SCP Continente, SCP Nações e SCP Joinville são calculados com base no lucro presumido. Para as demais controladas, o imposto de renda e contribuição social é calculado com base no lucro real anual. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Ambos os impostos foram devidamente reconhecidos pelo regime de competência. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para a diferença tributária temporária, relacionada a reavaliação de ativos e valor justo dos empreendimentos. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e o balanço no extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal corrente o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade tributária. Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando o imposto sobre vendas incorrido em transações de compra de ativos ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor de impostos sobre vendas incluído. • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas; • Programa de Integração Social - PIS: de 0,65% (cumulativo) ou 1,65% (não cumulativo); • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3% (cumulativo) e 7,60% (não cumulativo); • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 2,5% a 5%. **3.4. Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, aplicações financeiras, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e outros ativos. A classificação desses instrumentos está detalhada na Nota Explicativa nº 24. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, quando diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros descritas em: i) *Mensurado valor justo por meio do resultado:* São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A.

financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda esperada para risco de crédito), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, com os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.15. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A compra de ações do capital pela própria Companhia (ações em tesouraria), são registradas pelo valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), e como redutora do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações forem, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** • A receita de aluguel, a variação do valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento em conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado. • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriores apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão das eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 9. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11: Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais: Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 deve ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As seguintes normas aplicadas pela primeira vez em 2025 não tiveram impacto significativo na preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver conversibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de conversibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atual vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3.19. Reforma tributária:** A Administração avaliou os potenciais impactos da Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentadas pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em e a partir de 31 de dezembro de 2025, sendo impactos diretos ou indiretos. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição para a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, foram analisados os possíveis reflexos nas estimativas contábeis relevantes, incluindo testes de recuperabilidade de ativos, mensurações a valor justo, realização de créditos tributários, reconhecimento de tributos diferidos e avaliação da continuidade operacional. Até a presente data, com base nas informações disponíveis e nas premissas adotadas, não foram identificados impactos materiais que demandassem ajustes nas demonstrações financeiras, permanecendo a Diretoria atenta à evolução normativa e aos efeitos econômicos decorrentes da implementação do novo regime tributário.

Diretoria

Jaimes Bento de Almeida Junior - Diretor Presidente

Contador

Marcelo Monteiro - CRC-SP: 218864/O

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Os diretores da Almeida Junior Shopping Centers S.A., declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009 que: (i) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e; (ii) revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Almeida Junior Shopping Centers S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O-6
Roberto Martorelli
Contador CRC-RJ106103/O

EY Shape the future with confidence

BNDES empresta R$ 1 bilhões para construção de usina de etanol de milho em Mato Grosso

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aprovou um financiamento de R$ 1 bilhão para a construção de uma usina de etanol de milho no município de Tapurah, em Mato Grosso.

O financiamento, conforme informações obtidas pela Folha, foi fechado com a empresa RRP Energia e representa mais de 60% do investimento total previsto na planta.

A unidade terá capacidade para produzir até 459 milhões de litros de etanol hidratado por ano, ou 452 milhões de litros de etanol anidro, o que fará do Mato Grosso um dos principais polos nacionais de biocombustíveis à base de milho.

Os recursos têm origem no Fundo Clima, instrumento federal voltado ao financiamento de projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa, e na linha BNDES Finem, usada para apoiar investimentos de grande porte com crédito de longo prazo.

Na prática, trata-se de um empréstimo, não de subsídio, no qual o banco entra como principal financiador. O uso do Fundo Clima indica o enquadramento do projeto nas políticas de transição energética, porque o etanol é considerado combustível renovável e contribui para substituir fontes fósseis.

"Essa iniciativa está alinhada aos objetivos da Política Nacional de Biocombustíveis e da Nova Indústria Brasil, contribuindo com as cadeias de biocombustíveis para a transição energética e para a descarbonização, evitando a emissão de 309 mil toneladas de CO2-equivalente ao ano", disse à Folha o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Por trás da empresa RRP Energia está o Grupo Piccini, que atua no agronegócio e é controlado pela família do empresário Joci Piccini.

A RRP Energia marca a entrada do grupo no setor de biocombustíveis e reflete um movimento crescente no Centro-Oeste, com a "verticalização" da produção agrícola. O milho deixa de ser apenas uma commodity exportada e passa a ser transformado em energia dentro do próprio estado.

A usina terá capacidade para processar mais de 1 milhão de toneladas de milho por ano, com possibilidade de produzir derivados usados na alimentação animal, além de óleo de milho.

Localizada próxima à BR-163, principal corredor logístico de Mato Grosso, a usina inclui uma termelétrica com capacidade de até 27 megawatts, para suprir a demanda energética da planta.

Durante a fase de implantação, estão previstos 1.100 empregos. A operação deve gerar cerca de 300 postos permanentes.

O avanço do etanol de milho sinaliza uma mudança no setor energético brasileiro. Tradicionalmente dominado pela cana-de-açúcar, esse mercado tem incorporado novas matérias-primas e regiões.

Enquanto a cana segue predominante no Sudeste, com grupos consolidados como a Raízen, o milho ganha espaço no Centro-Oeste, beneficiado pela produção do grão e sua integração com a pecuária. A ideia é que o modelo conecte agricultura, energia e produção de proteína animal.

O grupo Potencial, empresa brasileira do setor de distribuição de combustíveis e do agronegócio, elevou para cerca de R$ 6 bilhões seu plano de investimentos até 2030. A decisão considera a ampliação das capacidades para seus projetos de etanol de milho e da esmagadora de soja que vai atender a sua indústria de biodiesel, conforme disse um alto executivo da companhia à Reuters.

A Potencial, com sede no Paraná, segundo maior produtor brasileiro de grãos, anunciou em agosto de 2025 o projeto de etanol de milho. No entanto, o grupo decidiu mais do que dobrar a capacidade de processamento do cereal em relação aos planos iniciais. Serão 2,6 milhões de toneladas ao ano, considerando que a guerra no Irã, que elevou os preços do petróleo, trará oportunidades para o setor de biocombustíveis do Brasil.

Já a Raízen protocolou um pedido de recuperação extrajudicial para renegociar dívidas de R$ 65 bilhões. A empresa, uma joint venture entre Cosan e Shell, enfrenta há meses uma crise por causa do endividamento. Em seu pedido, a Raízen culpa as elevadas taxas de juros no Brasil e a situação econômica da Argentina pela crise financeira que a levou a buscar a renegociação de suas dívidas.

A companhia, que atua na produção de etanol e açúcar e na distribuição de combustíveis, produtos e serviços por meio da marca Shell, escolheu a recuperação extrajudicial para preservar caixa para o pagamento de fornecedores e funcionários. (Folhapress)

MP da subvenção de R$ 1,20 no diesel sai esta semana, diz Durigan

O Ministério da Fazenda deve publicar ainda nesta semana a medida provisória que cria um subsídio ao diesel importado, com desconto de R$ 1,20 por litro. A informação foi confirmada nesta terça-feira (31) pelo ministro Dario Durigan, que afirmou que o governo tenta garantir a adesão de todos os estados antes da publicação.

"Eu ainda aguardo que eles adiram para que todo mundo participe", disse o ministro, ao comentar que dois ou três estados ainda resistem à proposta.

Foto Marcelo Casal Jr - ABr

Busca por consenso

Apesar da tentativa de unanimidade, Durigan destacou que a medida não depende da adesão total dos governadores para entrar em vigor.

"Eu gostaria que tivesse unanimidade para que a gente fizesse o quanto antes, sem qualquer tipo de ruído ou de questionamento. Mas ainda que busquemos unanimidade, a gente não precisa de unanimidade", afirmou.

Segundo o ministro, o governo está próximo de alcançar consenso entre os estados, após negociações conduzidas nos últimos dias.

Divisão custos

A proposta prevê que o custo total de R$ 3 bilhões, ao longo de dois meses, seja dividido igualmente entre a União e os estados. Cada ente – União e estado – arcaria com R$ 0,60 por litro subsidiado.

A iniciativa tem como objetivo conter a alta dos combustíveis e evitar riscos de desabastecimento, diante da defasagem entre os preços internos e o mercado internacional.

Medida temporária

O subsídio deve valer entre abril e maio e foi desenhado como resposta aos impactos da alta do petróleo, influenciada por tensões no Oriente Médio.

Segundo Durigan, há entendimento entre os governadores de que a ação é pontual. "Os governadores entenderam que é uma medida limitada e temporária", disse.

Pressão externa

O aumento dos preços dos combustíveis está ligado ao cenário internacional, especialmente aos conflitos no Oriente Médio, que elevaram o valor do barril de petróleo e pressionaram os custos no Brasil.

Nesse contexto, o governo federal busca alternativas emergenciais para reduzir os impactos sobre consumidores e setores produtivos.

Inadimplência

Durigan também comentou as medidas para reduzir a inadimplência em estudo pelo governo. Ele disse ter recebido um diagnóstico da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) sobre onde está a maior parte do endividamento da população e disse que está se reunindo com outros ministérios para definir um pacote de ajuda.

Segundo o ministro, ainda não há data para o lançamento das medidas porque os estudos estão em fase inicial. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu a Durigan um conjunto de ações para diminuir a inadimplência no país.

De acordo com os números mais recentes do Banco Central (BC), o endividamento das famílias brasileiras atingiu 49,7% da renda anual em janeiro, próximo do recorde de 49,9% registrado em julho de 2022. O indicador compara a dívida total de um lar com a renda da família em um ano.

A parcela da renda das famílias comprometida com as instituições financeiras subiu de 26,9% em dezembro para 27,1% em janeiro. O indicador mede o quanto da renda mensal as famílias usam para pagar as parcelas. (Agência Brasil)

BRB confirma que não divulgará balanço de 2025 no prazo

O Banco de Brasília (BRB) anunciou na noite da terça-feira (31) que não divulgará o balanço consolidado de 2025 dentro do prazo legal, ampliando a incerteza sobre sua situação financeira. A decisão ocorre em meio à crise desencadeada por operações com o Banco Master e deve aumentar a pressão de reguladores e investidores sobre a instituição.

A legislação brasileira determina que instituições financeiras publiquem suas demonstrações financeiras anuais até o fim de março. O prazo termina às 23h59 desta terça, sem a divulgação dos números pelo BRB, que não informou uma nova data.

Em fato relevante encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o banco afirmou que precisa concluir os trabalhos de auditoria forense relacionados à operação Compliance Zero, além de avaliar os possíveis impactos dessas investigações nos resultados.

Segundo a instituição, o adiamento busca garantir "fidedignidade, transparência e integridade" das informações prestadas a acionistas e ao mercado.

A auditoria em andamento investiga operações realizadas com o Banco Master, que estão sob suspeita de irregularidades. O BRB informou que a análise envolve tanto a apuração dos fatos quanto a mensuração dos efeitos contábeis dessas transações.

A conclusão desse processo é considerada essencial para que o banco apresente números consistentes, o que, na prática, impede a divulgação imediata do balanço.

Além disso, o banco também não apresentou, como era esperado, um plano detalhado para cobrir os prejuízos decorrentes dessas operações.

Com o descumprimento do prazo, o BRB terá de prestar esclarecimentos a órgãos reguladores como o Banco Central (BC) e a CVM.

As normas da CVM prevem a aplicação de multa diária pelo atraso na divulgação de informações obrigatórias. Embora o impacto financeiro dessas penalidades seja limitado, especialistas apontam que o dano reputacional tende a ser mais significativo.

Em situações mais extremas, caso o atraso persista por período prolongado, o banco pode até ter suspenso seu registro como companhia aberta, o que impediria a negociação de suas ações no mercado.

A ausência dos resultados financeiros aumenta a incerteza entre investidores e analistas, que seguem sem visibilidade sobre o tamanho das perdas e a real situação patrimonial do banco.

O cenário tende a elevar a volatilidade dos ativos ligados ao BRB, com oscilações mais intensas e frequentes nos preços, refletindo maior percepção de risco.

Além disso, o atraso pode pressionar ainda mais a avaliação de risco da instituição, com impacto potencial em seu rating e no custo de captação de recursos.

A atual crise do BRB teve origem na aquisição de cerca de R$ 12 bilhões em ativos do Banco Master, operação que passou a ser investigada por suspeitas de fraude.

O caso levou à liquidação do Banco Master e provocou perdas relevantes para o BRB. A crise afetou o capital mínimo prudencial, reserva que instituições financeiras são obrigadas a manter para garantir estabilidade e absorver choques, do banco.

Diante do avanço das investigações, o Banco Central intensificou o monitoramento sobre o banco nos últimos meses.

Pressão

O episódio aumentou a pressão sobre a gestão do BRB, que agora precisa apresentar soluções para recompor o capital, passo considerado essencial para restaurar a confiança do mercado.

Oficialmente, o banco afirma que tem solidez e um plano estruturado de capitalização. No entanto, investidores permanecem cautelosos diante da falta de divulgação dos dados e das incertezas sobre o tamanho do prejuízo, estimado em pelo menos R$ 8 bilhões, podendo chegar a R$ 13 bilhões, segundo uma auditoria independente. (Agência Brasil)